TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DOS SERVIÇOS DE LOGÍSTICA CROSSBORDER

Este documento é redigido oficialmente em versão trilíngue, sendo idênticos os textos em Português, Espanhol e Inglês apresentados em sequência mas, em caso de divergência, prevalecerá a versão do idioma do Termo de Adesão.

*Este instrumento de Termos e Condições Gerais dos Serviços de Logística Crossborder é um contrato celebrado entre a **CLIENTE**, qualificada no Termo de Adesão firmado no ato de contratação, e a 3XS LOGISTICS E.A.S., pessoa jurídica constituída sob as leis da República do Paraguay, RUC nº 801.692-40, com sede e foro na Ruta PY-02, Complejo Empresarial Global, Ciudad del Este, Alto Paraná, Paraguay, CP nº 100.182, neste ato presentada nos termos de seus atos constitutivos, doravante denominada **PROVEDORA**, em conjunto denominadas **PARTES**, tendo entre si justo e acertado o que segue:*

1 OBJETO

O objeto dos presentes Termos e Condições Gerais dos Serviços de Logística Crossborder Paraguay-Brasil ("Termos e Condições") é regular o relacionamento comercial entre a CLIENTE e a PROVEDORA em todos os casos em que a CLIENTE tome os serviços da PROVEDORA ("Serviços"), pelos termos e condições nele estabelecidos.

1.1 Os Serviços abrangem o objeto individualizado no Termo de Adesão ao presente Contrato ou em Propostas Comerciais aprovadas entre as PARTES.

1.2 A CLIENTE declara que os Serviços prestados pela sua adesão ao presente Contrato lhes foram demonstrados e os questionamentos técnicos e de funcionalidade dirimidos, tendo a CLIENTE pleno conhecimento de suas características e abrangências, inclusive suas limitações, sendo que, após avaliação, julgou por seus próprios critérios que as funcionalidades existentes, as características e entregáveis nos Serviços prestados estão em conformidade com sua política de gestão administrativa, comercial e produção, conforme escopo macro de ativação constantes na documentação preparatória, atendendo portanto a suas necessidades gerenciais.

1.3 A CLIENTE reconhece que, exceto tenha dispensado voluntariamente, foi realizada análise de aderência dos Serviços às suas necessidades, e que a CLIENTE adotou a decisão de contratar os Serviços junto da PROVEDORA por sua livre convicção com base no resultado da análise de aderência.

1.4 Todos os Serviços têm suas características aprovadas pelo representante legal da CLIENTE, que desde já declara a sua plena adequação às necessidades da CLIENTE *as is* (no estado em que se encontra).

1.5 A PROVEDORA se compromete a aplicar a sua reconhecida expertise na prestação dos Serviços contratados, que se revestem da natureza de obrigação de meios, cuja conclusão independe do resultado apurado pela CLIENTE.

1.6 É permitida a subcontratação, pela PROVEDORA, de quaisquer parcelas ou aspectos de execução objeto do presente instrumento particular.

a) Em qualquer caso de subcontratação, independentemente da sua extensão, é vedada a concessão a Terceiros de acesso a dados ou informação protegida de titularidade da CLIENTE ou de seus Clientes;
b) Eventual subcontratação, nos termos da presente Cláusula, não gerará quaisquer obrigações da CLIENTE em favor da subcontratada, devendo a PROVEDORA responsabilizar-se absoluta e pessoalmente por todos os aspectos de sua relação com a subcontratada.

1.7 A relação entre a CLIENTE e a PROVEDORA é estabelecida em Termo de Adesão aos presentes Termos e Condições, reconhecendo plenamente as partes que ambos os documentos são parte integrante um do outro.

1.8 A vigência contratual entre a CLIENTE e a PROVEDORA permite a extensão da relação contratual a outras unidades da 3XS, bastando para tanto a firmatura de Termo de Adesão ou Proposta Comercial específicos.

2 PREÇO

Pela prestação dos Serviços, a CLIENTE pagará à PROVEDORA remuneração nos termos especificados no Termo de Adesão ou da Proposta Comercial.

2.1 As PARTES, em especial a CLIENTE, reconhecem de modo irretratável e irrevogável que é condição essencial para a validade e a regular consecução do presente Contrato a preservação do seu equilíbrio econômico-financeiro, objetivo este que será atingido pelas medidas de Reajuste, Revisão e Repactuação estipuladas nesta Cláusula.

2.2 As PARTES expressamente reconhecem que:

a) A manutenção dos valores, montantes e margens relativas à relação contratual pactuada ao longo de toda a vigência deste instrumento e dos que o sucederem é condição essencial do negócio, necessária portanto ao seu equilíbrio econômico-financeiro;
b) O presente instrumento e os documentos relacionados, incluindo, mas não se limitando ao Termo de Adesão e à Proposta Comercial, representam ato jurídico perfeito e de vontade entre as PARTES, não podendo vir a ser prejudicado por legislação posterior;
c) Para permitir o fiel equilíbrio entre os direitos e obrigações ora celebrados, as PARTES renunciam expressamente e em caráter irrevogável e irretratável à aplicação de qualquer deságio, deflação ou congelamento.

2.3 Para os fins descritos nesta Cláusula, consideram-se:
a) Reajuste: aplicação, sobre o valor do Contrato, de índices oficiais, setoriais ou não, que retratam a inflação do período, de modo a manter o valor de compra da moeda;
b) Revisão: manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sem submissão a prazos mínimos ou índices inflacionários, decorrente da necessidade de superação de álea econômica decorrente de fato do príncipe, caso fortuito ou de força maior;
c) Repactuação: renegociação de aspectos específicos do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, como a aplicação direta de encargos laborais da categoria e a alteração da equação de custos dos serviços.

2.4 Para a adequada remuneração contratual, e tendo em vista a destinação brasileira das operações *crossborder*, os valores devidos pela prestação dos Serviços, nos termos indicados na presente Cláusula e especificados no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial, serão reajustados automaticamente no menor período permitido por Lei, aplicando-se a variação positiva do IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

2.5 Caso, à data da aplicação do Reajuste, não tenha sido publicado o índice pelo órgão competente, será devido o pagamento da parcela de acordo com o valor da parcela anterior, sendo que eventuais

diferenças entre o valor da última parcela e aquele que seria devido com a aplicação do Reajuste do mês deverão ser pagas em adição ao valor da parcela do período de faturamento seguinte, ou do faturamento residual.

2.6 Caso o Reajuste mensal e individual das parcelas não seja admitido por Lei à época de seu vencimento, serão os valores reajustados no menor período por Lei permitido para tanto, aplicados os mesmos índices, sendo que, sempre que houver Reajustes, o saldo devedor e as parcelas em aberto serão, automaticamente, reajustados pelo coeficiente de variação positiva do índice eleito ou seu substituto, desde o mês base para cálculo do Reajuste, ou desde o último Reajuste aplicado.

2.7 Tendo em vista a destinação brasileira dos serviços *crossborder*, Deixando o índice de Reajuste eleito no presente Contrato de ser apurado ou se extinto, de maneira a impossibilitar o conhecimento da sua variação, será imediatamente utilizado o que lhe sobrevier, ou ainda outro índice de instituição idônea, que reflita a variação monetária do período, sem que haja prejuízo para as PARTES, com a preferência aos seguintes índices, na ordem em que são indicados:

a) INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística);
b) IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);
c) IGP/FGV (Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas).

2.8 Caso o índice eleito reste negativo à época de Reajuste, convencionam as PARTES que o Reajuste será correspondente à média da variação positiva dos índices alternativos listados nos itens do parágrafo anterior.

2.9 A Revisão dos valores relativos ao presente Contrato será realizada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Alterações ou reformas de natureza tributária que modifiquem a hipótese de incidência, a base de cálculo ou as alíquotas dos tributos incidentes sobre as atividades da PROVEDORA tanto na primeira quanto na segunda fases;
b) Modificações nos benefícios tributários, incluindo mas não se limitando a desonerações tributárias, créditos presumidos e pagamentos diferidos, que impliquem em aumento direto ou indireto da carga tributária sobre as atividades da PROVEDORA;
c) Criação, instituição, majoração ou início de cobrança de tributos sobre as atividades da PROVEDORA;
d) Instituição de procedimentos fiscais, limitações administrativas ou obrigações acessórias que impliquem em aumento substancial dos custos operacionais da PROVEDORA.

2.10 No caso de Revisão contratual automática, em qualquer das hipóteses descritas no tópico anterior, a PROVEDORA preparará parecer tributário e demonstrativo detalhado dos impactos da álea econômica ou do fato do príncipe e os enviará à CLIENTE, aplicando-se automaticamente a partir desta providência a Revisão assim demonstrada a partir do faturamento seguinte.

2.11 As PARTES desde já reconhecem que são expressa e plenamente consideradas como incluídas nas hipóteses de Revisão automática de acordo com os tópicos acima as consequências e impactos da Emenda Constitucional nº 132/2023, da Lei Complementar nº 214/2025 e de quaisquer outros instrumentos normativos relacionados à reforma tributária em curso, bem como as consequências e impactos das alterações sobre a Lei nº 12.546/2011 pela Lei nº 14.784/2023 ou por normas que reproduzam os efeitos da Medida Provisória nº 1.202/2024, de qualquer modo afastando ou alterando o regime da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

2.12 Em se tratando a álea econômica de fato do príncipe, caso fortuito ou força maior não previstos nas hipóteses automáticas dos tópicos anteriores, a Revisão será iniciada pela apresentação de

demonstrativo de equilíbrio econômico-financeiro pela PROVEDORA à CLIENTE, de modo a iniciar as tratativas para a celebração de termo de Revisão contratual.

2.13 No caso de alterações substanciais na estrutura de custos dos serviços da PROVEDORA, incluindo mas não se limitando à instituição de novas obrigações acessórias, reajuste salarial da categoria, ou encargos setoriais em acordos ou convenções coletivos de trabalho, a PROVEDORA poderá propor à CLIENTE a Repactuação contratual, mediante a apresentação de demonstrativo detalhado dos impactos experimentados.

2.14 Tanto no caso de Repactuação quanto em se tratando de Revisão não-automática, a eventual recusa da CLIENTE em celebrar termo de Repactuação ou termo de Revisão após a devida demonstração documentada dos impactos pela PROVEDORA caracterizará onerosidade excessiva do Contrato, independentemente de qualquer providência judicial nos termos dos arts. 478 e seguintes do Código Civil, podendo nesta hipótese a PROVEDORA considerar resolvido o Contrato por cláusula expressa, sem qualquer prejuízo à plena satisfação das obrigações da CLIENTE relativas aos serviços já prestados e produtos já entregues até a data da resolução contratual.

2.15 Todos os encargos financeiros estabelecidos entre as PARTES serão incidentes *pro rata die*.

2.16 Fica assegurado à PROVEDORA, a qualquer tempo, o direito de cobrar da CLIENTE todos e quaisquer encargos financeiros, incluindo mas não se limitando a prestações, multas, juros, honorários e atualização monetária que, por qualquer razão, não tenham sido pagos no vencimento, bem como o direito de aplicar reajustes, revisões e repactuações mesmo após o seu marco temporal original, ficando estabelecido que o pagamento e quitação de quaisquer prestações não implica presunção de estarem solvidas as anteriores, mesmo que nada conste no termo de quitação, renunciando as partes a qualquer presunção de pagamento.

2.17 A falência, insolvência ou pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da CLIENTE ou de seus controladores será causa de rescisão do presente Contrato, resolvendo-o de pleno direito, com o vencimento antecipado de todas as obrigações financeiras da CLIENTE junto à PROVEDORA, conferindo-lhes o privilégio de pronto cumprimento pela CLIENTE antes do concurso de credores, com a devolução imediata de todos os Equipamentos e sendo vedada a aplicação de qualquer deságio.

2.18 A quitação de qualquer valor somente será considerada provada mediante termo de quitação escrito, de exibição obrigatória pela CLIENTE no caso de necessidade de comprovação.

2.19 A incidência das faturas tal como indicadas no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial, nos termos destes Termos e Condições, não dependerá de quaisquer circunstâncias que não a disponibilização das credenciais de acesso aos Serviços ou da firmatura de termo de entrega dos Serviços, uma vez que tal disponibilidade é caracterizada pelo acesso dos usuários da CLIENTE aos entregáveis dos Serviços, não sendo condição para o faturamento a anuência da CLIENTE com a conclusão das operações de implantação ou entrega.

2.20 No caso de inadimplemento, além da aplicação do Reajuste, Revisão ou Repactuação, serão devidos os seguintes encargos de inadimplemento:

a) Multa de 10% (dez por cento) do valor total em atraso;
b) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;
c) Correção monetária pelo mesmo índice de Reajuste vigente nos termos desta Cláusula;
d) Honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do débito, no caso de cobrança administrativa ou judicial.

2.21 Os encargos de inadimplemento serão automaticamente aplicados tão só e pelo não pagamento no vencimento de qualquer parcela, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações deste instrumento, sendo que o recebimento de parcelas em atraso, pela PROVEDORA, por meio de preposto, de banco ou de procurador, não constituirá novação ou renúncia às estipulações e garantias previstas.

2.22 Caso a CLIENTE não tenha recebido, até o dia de vencimento da parcela, os documentos ou informações necessários para o seu pagamento, deverá diligenciar por sua conta para que tenha acesso junto à PROVEDORA a tais documentos ou informações, sob pena de sujeitar-se aos encargos de inadimplemento.

2.23 Em caso de inadimplência superior a 30 (trinta) dias, poderá a CLIENTE considerar o Contrato rescindido de pleno direito, sem prejuízo do pagamento pelos Serviços já prestados até a data de rescisão.

2.24 Caberá única e exclusivamente à CLIENTE arcar com a integralidade das despesas relacionadas com o atendimento integral ao seu Cliente final, incluídas aí as despesas operacionais, fixas ou variáveis, despesas tributárias e previdenciárias, despesas trabalhistas, com transporte, seguros ou quaisquer outras despesas de qualquer natureza, não cabendo à PROVEDORA arcar com quaisquer valores relativos às operações da CLIENTE, independentemente de serem frutíferas ou ruinosas.

3 PRAZO

O presente instrumento particular terá vigência a partir da data de assinatura do Termo de Adesão ou da aceitação da Proposta Comercial, com o prazo indeterminado, e não se extingue pelo decurso de tempo.

3.1 Tendo em vista a natureza e os recursos envolvidos com os serviços extraordinários incidentes na fase de implantação dos Serviços, o presente Contrato terá a duração mínima eventualmente indicada no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial, prazo que vinculará tanto à CLIENTE quanto à PROVEDORA e seus sucessores a qualquer título.

3.2 Caso decida a CLIENTE por denunciar o Contrato ou, por qualquer modo, ver interrompida a relação contratual antes de transcorrida a duração mínima indicada no item anterior, pagará a CLIENTE à PROVEDORA multa no valor de 25% (vinte e cinco por cento) das mensalidades correspondentes à duração restante e ainda não transcorrida do Contrato.

3.3 Ainda no caso de denúncia vazia do contrato, na hipótese de ter a PROVEDORA bonificado valores iniciais à CLIENTE tal como indicado no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial, incluindo mas não se limitando à bonificação de custo de implantação, parametrização, treinamento, *setup* ou parcelamento de despesas iniciais, aplica-se o prazo de fidelidade acima estipulado como vigência contratual mínima e, caso a CLIENTE pretenda rescindir o Contrato antes deste prazo, deverá pagar à PROVEDORA o valor integral da bonificação correspondente à diferença entre o custo inicial real e o *setup* efetivamente cobrado após a bonificação.

3.4 Após o transcurso da duração mínima indicada no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial, qualquer das partes poderá solicitar a rescisão contratual imotivada, a qualquer tempo, desde que comunique expressamente a outra parte com 30 (trinta) dias de antecedência, sem a incidência de penalidades, presumindo-se prorrogado o contrato por iguais e sucessivos períodos.

3.5 A rescisão contratual, sob qualquer das modalidades, não exime a CLIENTE da responsabilidade pelo pagamento da remuneração pela prestação já realizada dos Serviços, seja já faturado ou pendente de faturamento.

3.6 As PARTES reconhecem desde já que os Serviços são contratados sob a modalidade *as is,* de modo que a eventual alegação do CLIENTE de que os Serviços não se adequam às suas necessidades particulares ou não atendem à sua regra de negócio não exime a CLIENTE das obrigações relativas à duração contratual, nos termos da Cláusula "Do Objeto".

4 LOCAÇÃO

Caso a relação estabelecida entre as PARTES, nos termos da Proposta Comercial ou do Termo de Adesão, abranja a locação de espaços de armazenamento, aplicar-se-ão as disposições desta Cláusula, sem prejuízo das demais disposições aplicáveis previstas neste instrumento.

4.1 Caberá à CLIENTE arcar com os custos e despesas relativos à logística dos seus produtos aos espaços locados, incluindo fretes de remessa e retorno entre a CLIENTE e a PROVEDORA.

4.2 As condições de risco dos bens mantidos no espaço locado são de inteira responsabilidade da CLIENTE, mesmo que em situações de caso fortuito ou força maior, devendo esta diligenciar para que sejam contratados os serviços de guarda e operações de *swap* necessários para a preservação de seu valor em situações de sinistro e que, caso necessário, estejam os mesmos cobertos por apólice de seguro adequada, sob pena de responder objetivamente pelos danos apurados.

4.3 A CLIENTE se compromete solenemente a abster-se de locar, sublocar, vender, consignar, ceder, apresentar, emprestar ou transferir os espaços a qualquer título a terceiros, sejam eles pessoas naturais ou jurídicas, sem autorização expressa e por escrito da PROVEDORA.

4.4 O valor dos aluguéis mensais será considerado correspondente ao conceito de preço para todos os fins deste contrato, aplicando-se-lhes plenamente as disposições da Cláusula "Do Preço".

4.5 É facultado à PROVEDORA, mediante aviso prévio, vistoriar os produtos e materiais mantidos nos espaços locados, por si ou seus representantes, sempre que achar conveniente, para a apuração do cumprimento das obrigações assumidas entre as PARTES.

4.6 A relação entre as PARTES, mesmo na presença de locação de espaço de armazenamento, não constitui relação de aluguel imobiliário ou inquilinato para quaisquer fins de direito, mantendo sempre a natureza de prestação de serviços.

5 SIGILO E DISCRIÇÃO

As PARTES se comprometem a manter sigilo pleno de todas as informações abrangidas pelo presente Contrato, não utilizando tais informações confidenciais e sigilosas em proveito próprio ou alheio, durante a relação com a PROVEDORA bem como por um período de 5 (cinco) anos após o encerramento do vínculo.

5.1 As PARTES reconhecem mutuamente que, para bom e fiel desempenho das suas atividades abrangidas pelo Contrato, faz-se necessária a disponibilização de informações pessoais confidenciais e sigilosas, cuja revelação a Terceiros ou uso não autorizado constituem falta gravíssima, além das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, garantindo as PARTES que os dados sigilosos ou estratégicos não serão vendidos ou trocados com Terceiros, e que as suas informações pessoais serão tratadas com o nível de proteção legalmente exigível para garantir sua segurança e evitar alterações, perdas, tratamentos ou acessos não autorizados.

5.2 As informações confidenciais e sigilosas somente poderão ser reveladas a Terceiros mediante consentimento prévio e por escrito da PARTE detentora original, ou em caso de determinação judicial ou de autorização expressa do PARTE detentora original quanto às informações por ela geradas e detidas, hipótese em que a outra PARTE deverá informar de imediato, por escrito, à PARTE detentora original para que esta procure obstar e afastar a obrigação de revelar as

informações.

5.3 As PARTES deverão diligenciar e tomar todas as providências necessárias para proteger e impedir a divulgação de qualquer informação, bem como para evitar que tais informações confidenciais e sigilosas caiam em domínio público.

5.4 As PARTES, neste ato, reconhece e aceita que, na hipótese de violação a quaisquer das cláusulas de sigilo deste instrumento, estará sujeita a todas as sanções e penalidades estabelecidas nos termos da legislação brasileira, nos campos administrativo, civil e penal, especialmente quanto ao pagamento de indenização por perdas e danos causados em virtude de tal violação.

5.5 A CLIENTE reconhece de forma plena e irrevogável, no ato de assinatura do Termo de Adesão a este Instrumento, que o uso dos dados pela PROVEDORA sem identificação individual, no âmbito de atividades de *big data* ou tecnologias congêneres, não constitui violação do sigilo instituído pela presente Cláusula, desde já autorizando o uso e aplicação de dados desta natureza.

5.6 A presente avença adota como premissa a discrição das PARTES em relação a quaisquer fatos ou circunstâncias ocorridos antes, durante ou após a relação contratual, de modo que é expressamente vedado às PARTES, exceto quando legalmente autorizado:

a) Manifestar opinião de desapreço, descontentamento, reclamação ou qualquer outra manifestação negativa, da natureza que seja e por qualquer veículo, em relação à outra PARTE, incluindo mas não se limitando a manifestações na imprensa ou em redes sociais;
b) Conceder entrevistas, manifestações, notas públicas ou qualquer outro tipo de comunicação aberta ou restrita sobre o seu período de relacionamento com a outra PARTE;
c) Fomentar opiniões negativas ou que se posicionem em detrimento da reputação da outra PARTE, ainda que por meio de interpostas pessoas;
d) Prestar depoimentos contra a reputação ou a posição da outra PARTE, por quaisquer meios ou canais, ainda que buscando anonimidade;
e) Comunicar-se com colaboradores, fornecedores ou clientes passados, presentes e futuros da outra PARTE, de modo a transmitir-lhes qualquer posicionamento negativo ou dúbio;
f) Trocar mensagens com quaisquer Terceiros em que haja qualquer manifestação de caráter negativo em relação à outra PARTE;
g) Manifestar-se de modo público, ou de modo privado que potencialmente possa vir a público, com conteúdo que possa ser considerado ou interpretado como negativo em relação à postura, reputação ou qualquer outro aspecto da atuação da outra PARTE, ainda que por meio ou modo não previsto nos demais itens desta Cláusula.

5.7 Não representa violação do dever de discrição a divulgação, pela PROVEDORA, da condição da CLIENTE como sua Cliente, bem como a divulgação pela CLIENTE da PROVEDORA como sua fornecedora, com seus nomes e marcas, circunstância desde já autorizada pelas PARTES.

5.8 A infringência, pelas PARTES, das disposições da presente Cláusula, acarretará contra si, em favor da PARTE inocente, para cada aspecto, cada ocorrência e cada infração, multa de 30% (trinta por cento) do valor total do presente Contrato considerada a sua duração mínima indicada na Cláusula "Do Prazo", independentemente do dever de imediata cessação das atividades que infrinjam o presente Contrato, servindo tal multa de início de indenização.

6 POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Nas operações de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais, de dados pessoais sensíveis ou de comunicações, a CLIENTE garante à PROVEDORA que elas e seus agentes respeitam a legislação e os direitos à privacidade, à proteção dos dados pessoais e ao sigilo das comunicações privadas e dos registros.

6.1 Para a prestação de serviços à CLIENTE, a PROVEDORA coleta as seguintes informações:

a) Informações pessoais proporcionadas pela CLIENTE sobre seus usuários e Terceiros, como nome e sobrenome, número de documento ou identificação válida, senha, nacionalidade, informações de identificação fiscal e informações físicas e virtuais de contato (como número de telefone, domicílio ou endereço de *e-mail*), cuja verificação confidencial junto a Terceiros a CLIENTE desde já autoriza pela adesão ao presente Contrato;

b) Informações sobre a CLIENTE, proporcionadas por Terceiros, como parceiros comerciais, entidades afiliadas, redes sociais e bases de dados públicas e privadas, que poderão ser combinadas com informações pessoais para a prestação dos serviços pela PROVEDORA;

c) Informações recolhidas pelos nossos sistemas, o que inclui o recolhimento e armazenamento automático de informações sobre a atividade dos usuários na *internet,* a URL da qual provém (estejam ou não no *site* da PROVEDORA), a URL que acessa frequentemente, o navegador que utiliza e seu endereço IP, bem como os sites visitados e as buscas realizadas, a utilização de *cookies* e de *web beacons*.

6.2 Em qualquer momento, o usuário da CLIENTE poderá escolher não receber arquivos de *cookies* habilitando seu navegador para que os recuse ou lhe informe antes de aceitá-los; declara a CLIENTE estar ciente, no entanto, de que, ao se recusar o usuário a aceitar *cookies* ou outros dispositivos de coleta de informações, poderá não ter acesso aos serviços oferecidos pela PROVEDORA.

6.3 Na prestação de serviços à CLIENTE, a PROVEDORA poderá aplicar seus dados nas seguintes atividades:

a) Gerenciar a intermediação de operações de e para CLIENTE, realizar as transações que houver iniciado e processar documentos;

b) Oferecer à CLIENTE produtos e serviços e responder suas perguntas e comentários;

c) Enviar à CLIENTE confirmações e atualizações sobre suas operações, bem como quaisquer informações respectivas relevantes, via quaisquer canais que a CLIENTE tiver informado;

d) Entrar em contato com representante da CLIENTE para fins de prestar serviços, realizar pesquisas de opinião, estatísticas ou análises sobre hábitos de consumo ou preferências, notificar-lhe por *e-mail* sobre as ofertas especiais e os produtos e serviços que possam ser de seu interesse, exceto se optar em contrário;

e) Desenvolver estudos internos sobre os interesses, comportamentos e demografia dos usuários, para compreender melhor suas necessidades e interesses, melhorar nossas iniciativas comerciais e promocionais, personalizar seus conteúdos, sua apresentação e serviços, exibir informações e *banners* que sejam interessantes para os usuários;

f) Compartilhar suas informações pessoais com as empresas pertencentes à 3XS, sendo que o receptor de tais dados assumirá as mesmas obrigações correspondentes ao responsável que transfere esses dados pessoais;

g) Transferir os dados pessoais dos Titulares a outros Operadores que tenham soluções utilizadas pela CLIENTE e integradas com soluções fornecidas pela PROVEDORA;

h) Publicar no *site,* em páginas de redes sociais ou em outros veículos de comunicação da PROVEDORA as opiniões, comentários, depoimentos e sugestões formulados por usuários da CLIENTE, que poderá ser identificado através do seu nome completo ou apelido, foto, comentário e nacionalidade.

6.4 Ao enviar suas opiniões, comentários, depoimentos e sugestões, ou fornecer fotos reais através do *site* da PROVEDORA, o usuário da CLIENTE cede de modo irrevogável à PROVEDORA todos os direitos de propriedade sobre tais fotografias e opiniões; o usuário da CLIENTE pode enviar sua opinião de maneira anônima ou eliminá-la, comunicando-se com a PROVEDORA nos moldes

definidos no presente Contrato.

6.5 Embora a CLIENTE possa excepcionalmente requerer, nos termos do presente Contrato, o cancelamento dos serviços e a eliminação de suas informações, a PROVEDORA poderá reter parte ou todas as informações prestadas em determinados casos, com a finalidade de resolver disputas ou reclamações, detectar problemas ou incidências e solucioná-los, e cumprir as disposições legais e contratuais aplicáveis; portanto, embora a PROVEDORA comprometa-se a empregar os melhores esforços, poderá ocorrer que nem todas as informações alimentadas no sistema sejam definitivamente eliminadas.

6.6 A CLIENTE, na qualidade de Controladora do tratamento dos Dados Pessoais das pessoas a que se referem os dados tratados, ora Titulares, se compromete a obter, nos termos da lei, o consentimento específico para o tratamento e as demais autorizações específicas para compartilhar ou comunicar os dados com Terceiros, Controladores ou Operadores, não respondendo a PROVEDORA por tal providência.

6.7 As Partes declaram que o tratamento de Dados Pessoais nestes Termos e Condições ocorrerá estritamente para atender à adequada execução dos serviços e de acordo com o disposto na legislação aplicável.

6.8 Será de responsabilidade da CLIENTE designar a base legal válida e adequada para o tratamento de Dados Pessoais realizado no âmbito do Contrato.

6.9 A CLIENTE compromete-se a:

a) Captar, por si ou por seus Usuários**,** o consentimento do Titular, na qualidade de Controladores do tratamento de dados;
b) Possuir estrutura operante para recepcionar e atender, de forma adequada, petições ou comunicações dos titulares de dados pessoais, nas quais seja exigido o atendimento a qualquer dos direitos previstos na legislação pertinente.

6.10 A CLIENTE e seus agentes devem colaborar para que as informações pessoais do Titular sejam tratadas com o nível de proteção legalmente exigível para garantir sua segurança e evitar alterações, perdas, tratamentos ou acessos não autorizados.

6.11 A CLIENTE garante e responde, em qualquer caso, pela veracidade, exatidão, vigência e autenticidade das informações pessoais e dos Titulares coletadas e fornecidas, comprometendo-se a mantê-las devidamente atualizadas.

6.12 A CLIENTE e seus agentes deverão diligenciar e tomar todas as providências necessárias para impedir a divulgação de qualquer informação, bem como para evitar que tais informações confidenciais caiam em domínio público, sendo-lhe absolutamente vedado divulgar sua senha ou qualquer de seus dados de acesso a Terceiros.

6.13 O eventual tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos de Termo de Responsabilidade e da legislação pertinente, sendo obrigação da CLIENTE, por si ou por seus Usuários, coletar o consentimento específico e em destaque para o tratamento de dados pessoais de crianças junto ao pai, mãe ou responsável legal.

6.14 A PROVEDORA se compromete a, no âmbito dos Serviços, realizar todo e qualquer tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme as orientações que lhe forem fornecidas pela Controladora e pelos Operadores que forem seus Usuários, para a finalidade de cumprir as obrigações contratuais ora pactuadas.

6.15 As PARTES desde já reconhecem que contam com pleno conhecimento de todos os direitos do

Titular dos dados pessoais:

a) Confirmação da existência de tratamento;
b) Acesso aos dados;
c) Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
d) Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei;
e) Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
f) Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas em Lei;
g) Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
h) Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
i) Revogação do consentimento a qualquer momento, mediante manifestação expressa, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos desta Cláusula.

7 NÃO-COMPETIÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

Tendo em vista o caráter de acesso a informação comercial, industrial e intelectual sensível que marca as relações entre CLIENTE e PROVEDORA, as PARTES reconhecem que é de sua essência a cláusula de não competição da CLIENTE contra a PROVEDORA a partir da assinatura do presente instrumento, incluindo mas não se limitando às disposições desta Cláusula.

7.1 Compromete-se a CLIENTE a não abrir empresa concorrente com a atividade econômica da PROVEDORA, incluindo-se quaisquer de seus representantes legais, por todo o período do seu relacionamento com a PROVEDORA e pelo prazo de 5 (cinco) anos após a sua cessação, incluindo-se nessa vedação quaisquer atividades da CLIENTE, suas pessoas naturais e jurídicas relacionados ou seus associados, que ainda que indiretamente preencham qualquer nicho de mercado a que se dedique a PROVEDORA ou, direta ou indiretamente, assediem, abordem, atendam, vendam, contratem ou de qualquer modo desviem em proveito próprio ou alheio clientela da carteira da PROVEDORA, ou caracterize desenvolvimento ou fornecimento de produtos semelhantes ou concorrentes aos Serviços da PROVEDORA.

7.2 Caso das tratativas entre as partes não decorra relação contratual ou outro resultado esperado, ou caso tais negociações, ainda que não frustradas, sejam encerradas, remanescerá plenamente o impedimento de que a CLIENTE concorra com a PROVEDORA em seu ramo de atividade, nos termos desta Cláusula, tendo em vista que as informações sensíveis de estratégia e conformação de soluções a que a CLIENTE tem, teve, e terá acesso lhe constituem concorrência desleal, punível nos termos do presente instrumento.

7.3 A CLIENTE reconhece que toda a propriedade comercial, intelectual e industrial envolvida em seu relacionamento com a PROVEDORA é de plena propriedade da PROVEDORA, incluindo o conhecimento relativo a operações comerciais, abertura de mercados, entre outros, sendo expressamente vedado à CLIENTE, desde a firmatura do presente instrumento, sem expressa autorização escrita da PROVEDORA:

a) Fabricar, desenvolver, comercializar, oferecer, doar, produto ou serviço baseado nos produtos da PROVEDORA;
b) Usar meio ou processo baseado no processo detido pela PROVEDORA ou indicado no

presente instrumento, sem a devida autorização;

c) Fornecer a Terceiros componentes dos produtos e serviços da PROVEDORA;

d) Reproduzir, no todo ou em parte, a identidade visual dos produtos e serviços da PROVEDORA, ou imitá-la de modo que possa induzir confusão;

e) Publicar, por qualquer meio, falsa afirmação, em detrimento da PROVEDORA;

f) Prestar ou divulgar, acerca da PROVEDORA, falsa informação, com o fim de obter vantagem;

g) Empregar qualquer meio para desviar, em proveito próprio ou alheio, clientela da PROVEDORA ou indicada no presente instrumento, em ação de concorrência contra a PROVEDORA;

h) Usar expressão ou sinal de propaganda da PROVEDORA ou indicado no presente instrumento, ou os imitar, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos;

i) Usar, indevidamente, nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia da PROVEDORA ou indicado no presente instrumento, ou vender, expor ou oferecer à venda ou ter em estoque produto ou serviço com essas referências;

j) Dar ou prometer dinheiro ou outra utilidade a empregado da PROVEDORA, para que o empregado, faltando ao dever do emprego, lhe proporcione vantagem;

k) Receber dinheiro ou outra utilidade, ou aceitar promessa de paga ou recompensa, para, faltando ao dever de parceiro, proporcionar vantagem a concorrente da PROVEDORA;

l) Divulgar, explorar ou utilizar-se, sem autorização, de conhecimentos, informações ou dados confidenciais, utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, excluídos aqueles que sejam de conhecimento público ou que sejam evidentes para um técnico no assunto, a que teve acesso mediante o relacionamento com a PROVEDORA, mesmo após o término do Contrato, exceto mediante autorização da PROVEDORA;

m) Divulgar, explorar ou utilizar-se, sem autorização, de quaisquer conhecimentos ou informações a que se refere o presente Contrato, obtidos por meios ilícitos ou a que teve acesso mediante fraude;

n) Divulgar, por meios próprios ou de Terceiros, qualquer serviço que direta ou indiretamente represente concorrência ou competição com os serviços da PROVEDORA, por todo o período de não competição, nos termos vedados pelos itens desta Cláusula;

o) Substituir, pelo nome ou razão social da CLIENTE ou de Terceiros, em produto da PROVEDORA, o nome ou razão social desta, sem o seu consentimento;

p) Vender ou expor ou oferecer à venda, em recipiente, apresentação ou invólucro, físico ou não, da PROVEDORA, produto adulterado ou falsificado, ou dele se utilizar para negociar com produto da mesma espécie, embora não adulterado ou falsificado;

q) Praticar quaisquer atos que, ainda que não descritos no presente instrumento, constituam competição ou concorrência desleal com as atividades empreendidas pela PROVEDORA.

7.4 Cessando, por qualquer motivo, a vigência do presente instrumento particular, é expressamente vedado à CLIENTE utilizar-se, sob qualquer justificativa, da propriedade industrial, comercial e intelectual aqui relacionada, ainda que não expressamente.

7.5 A eventual colaboração da CLIENTE ou seus agentes com a PROVEDORA para os fins de melhoria, desenvolvimento ou modificação dos Serviços não constitui, sob qualquer circunstância, propriedade industrial, comercial ou intelectual da CLIENTE sobre os Serviços desenvolvidos, não lhe sendo devida qualquer remuneração por tais atividades, restando sob inteiro domínio da PROVEDORA a propriedade industrial, comercial ou intelectual daí resultante ainda que, por liberalidade não vinculante, tenha esta eventualmente concedido à CLIENTE quaisquer vantagens.

7.6 Salvo mediante autorização prévia e expressa em sentido contrário, concedida pela CONTRATANDA, a PROVEDORA desde já se compromete, expressamente, de forma direta ou indireta, ainda que através de interpostas pessoas, inclusive, mas sem limitação, cônjuges, companheiros e parentes

por consanguinidade ou afinidade, sociedades relacionadas, contratos, acordos ou qualquer outra forma, desde o início da relação entre as PARTES e pelo prazo de 2 (dois) anos contados do seu eventual encerramento, a:

a) Não aliciar negócios ou fornecedores da PROVEDORA, nem de qualquer forma interferir no relacionamento mantido entre a PROVEDORA, conforme o caso, e seus respectivos parceiros e fornecedores, atuais ou futuros;

b) Não aliciar, contratar, fazer qualquer esforço para aliciar ou contratar qualquer administrador, diretor, gerente ou colaborador da PROVEDORA, enquanto o indivíduo em questão ocupar tal posição e por um prazo de 2 (dois) anos contado de seu desligamento por qualquer razão da PROVEDORA.

7.7 A infringência, pela CLIENTE, das disposições deste contrato, acarretará contra si, em favor da PROVEDORA, para cada aspecto, cada ocorrência e cada infração, multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato considerada a sua duração mínima indicada na Cláusula "Do Prazo", independentemente do dever de imediata cessação das atividades que infrinjam o contrato, servindo tal multa de início de indenização que deverá ser complementada pelos danos emergentes e lucros cessantes sofridos pela PROVEDORA.

8 COLABORAÇÃO DA CLIENTE

Independentemente do papel da PROVEDORA como prestadora dos Serviços objeto do contrato, cabe à CLIENTE colaborar de forma comprometida e consistente com a conclusão do objeto contratual, incluindo mas não se limitando às obrigações descritas na presente Cláusula.

8.1 Caberá exclusivamente à CLIENTE a contratação de serviços e produtos de Terceiros para a integração com os Serviços da PROVEDORA em seu local, incluindo mas não se limitando a serviços de transporte e logística de terceiros não incluídos no Termo de Adesão ou na Proposta Comercial.

8.2 É de inteira responsabilidade da CLIENTE a realização de *backups* periódicos de seus arquivos e documentos relacionados com os Serviços, independentemente de eles serem coletados ou gerados pela PROVEDORA.

8.3 Cabe à CLIENTE indicar pessoal com poder de decisão para o acompanhamento e aprovação dos documentos de execução contratual, incluindo mas não se limitando a planos de projeto, ordens de serviço, termos de entrega e atas de reunião, bem como garantir a participação dos mesmos nas reuniões com assiduidade mínima de 80% (oitenta por cento), sejam essas reuniões presenciais ou remotas.

8.4 As reuniões realizadas com a equipe designada pela CLIENTE serão objeto de documento de formalização, seja por ata, memória de reunião ou e-mail, a qual será encaminhada por e-mail a todos envolvidos para considerações e ajustes dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis após o envio.

8.5 A falta de resposta dos representantes da CLIENTE no prazo estipulado nesta Cláusula implicará na aprovação tácita de todos os termos da comunicação enviada, ainda que a CLIENTE tenha falhado em cumprir a assiduidade exigida para as reuniões programadas.

8.6 Periodicamente a CLIENTE deverá checar os parâmetros de ordem fiscal e tributária, incluindo mas não se limitando a alíquotas, deferimentos, isenções etc., informados por seus colaboradores à PROVEDORA, evitando assim intercorrências com o fisco Municipal, Estadual e Federal de todos os países envolvidos nas operações.

8.7 Cabe à CLIENTE a responsabilidade administrativa, civil e criminal por todas as operações registradas ou realizadas por via dos Serviços, incluindo mas não se limitando a operações

administrativas, contábeis e financeiras, desde já declarando a plena regularidade de suas operações e isentando a PROVEDORA de qualquer responsabilidade por elas.

8.8 A CLIENTE se compromete a cumprir as melhores práticas e políticas de prevenção à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo, e de *compliance*, abstendo-se terminantemente da prática de quaisquer atos ilegais, de corrupção ou improbidade administrativa, pelos quais, na sua eventualidade, responderá exclusivamente.

9 MODULAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na medida em que não seja proibido por Lei, a PROVEDORA se isenta de todas as representações, garantias ou condições expressas ou implícitas de qualquer espécie, decorrentes da Lei ou de outra forma, com relação aos Serviços, incluindo, sem limitação, representações, garantias e condições de comercialização, adequação a uma finalidade específica, título, infração e qualidade de serviço.

9.1 A PROVEDORA não faz representações ou garantias em relação ao conteúdo, eficácia, utilidade, confiabilidade, disponibilidade, pontualidade, qualidade, adequação, precisão ou integridade dos Serviços, ou aos resultados que a CLIENTE pode obter usando os Serviços, ou que os Serviços serão ininterruptos ou livres de erros ou totalmente seguros.

9.2 Sem limitar a generalidade do exposto, a PROVEDORA não representa nem garante que a operação ou o uso dos Serviços seja oportuna, segura, ininterrupta ou livre de erros, ou que a qualidade de qualquer produto, serviço, informação ou outro material que a CLIENTE adquira ou obtenha através dos Serviços atenderá aos seus requisitos.

9.3 De modo especial, a CLIENTE reconhece solenemente que a PROVEDORA não lhe fez ou faz quaisquer representações ou garantias de que os Serviços impedirão terminantemente acessos não autorizados aos seus espaços, imóveis ou instalações, ou que o funcionamento dos Serviços dispensa a atuação de supervisão pessoal da CLIENTE.

9.4 Em nenhum caso a PROVEDORA será responsável perante a CLIENTE ou qualquer terceiro por quaisquer danos diretos, indiretos, incidentais, especiais, punitivos ou consequentes, ou por lucros cessantes, danos emergentes, perda de uma chance, receita, dados ou uso de dados, incorridos por cliente ou qualquer terceiro, seja por responsabilidade contratual ou extracontratual ou de outra forma, decorrente ou relacionada à prestação dos Serviços, mesmo que a PROVEDORA tenha sido avisada da possibilidade de tais danos.

9.5 Em nenhuma hipótese a responsabilidade da PROVEDORA perante a CLIENTE, seja contratual ou extracontratual, incluindo ação ou omissão, dólo ou culpa, negligência, imprudência ou imperícia, ou de outra forma, excederá o valor pago pela CLIENTE pelos Serviços sob estes Termos e Condições, considerados os últimos 6 (seis) meses de vigência contratual, se o limite especificado no Termo de Adesão ou Proposta Comercial não for menor.

10 USO ACEITÁVEL

A CLIENTE é responsável pelas consequências diretas e indiretas do uso dos Serviços, incluindo mas não se limitando às responsabilidades contidas nestes Termos e Condições, especialmente sob esta Cláusula.

10.1 A CLIENTE não pode usar os Serviços para participar de atividades ilegais de acordo com a lei aplicável, que sejam prejudiciais a Terceiros ou que sujeitem a PROVEDORA a responsabilidade, incluindo, sem limitação, em conexão com qualquer um dos itens proibidos a seguir:

a) Distribuir *malware* ou outro código malicioso;
b) Divulgar informações pessoais sensíveis sobre Terceiros;

c) Coletar ou tentar coletar informações pessoais sobre Terceiros sem seu conhecimento ou consentimento;
d) Distribuir pornografia ou conteúdo adulto;
e) Promover ou facilitar a prostituição ou quaisquer serviços de acompanhantes;
f) Hospedar, distribuir ou vincular pornografia infantil ou conteúdo prejudicial a menores;
g) Promoção ou facilitação de jogos de azar, violência, atividades terroristas ou venda de armas ou munições;
h) Envolver-se na distribuição ilegal de substâncias controladas ou medicamentos prescritos;
i) Facilitar esquemas ponzi, de pirâmide ou outros modelos destinados a buscar pagamentos de atores públicos;
j) Ameaçar danos a pessoas ou propriedades ou outros comportamentos de assédio;
k) Violar a propriedade intelectual ou outros direitos de propriedade de Terceiros;
l) Facilitar, ajudar ou incentivar qualquer uma das atividades acima por meio dos Serviços;
m) Vender, manter ou oferecer para a venda produtos falsificados ou de comercialização proibida ou restrita.

10.2 As violações da política de uso aceitável pela CLIENTE estão sujeitas a responsabilidade administrativa, criminal e civil, bem como à rescisão imediata do Contrato.

10.3 Nada contido nestes Termos e Condições deve ser interpretado para limitar as ações ou soluções da PROVEDORA de qualquer forma com relação a qualquer uma das atividades proibidas e, além disso, a PROVEDORA se reserva a todo momento todos os direitos e recursos jurídicos disponíveis contra essas atividades.

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

Estes Termos e Condições, junto de todos os Anexos, Termos de Adesão e Propostas Comerciais a que se referem estes Termos e Condições, incorporados integralmente por força de referência, constituem o único e integral entendimento entre as PARTES; estes Termos e Condições substituem quaisquer entendimentos, documentos e representações anteriores relacionados ao seu objeto, remanescendo no entanto em plena vigência o Acordo de Confidencialidade eventualmente celebrado anteriormente entre as partes.

11.1 Os direitos que são objeto deste clientes são individuais e intransferíveis, sendo absolutamente vedado à CLIENTE subcontratar ou ceder acesso a Terceiros sobre quaisquer elementos dos Serviços, exceto para as Unidades da própria CLIENTE expressa e efetivamente computadas no cálculo do preço.

11.2 O contrato firmado se estende a todas as empresas associadas ou integrantes de grupo empresarial da CLIENTE, sucessores e cessionários das PARTES a qualquer título, não se limitando à pessoa jurídica a que se vincule a PROVEDORA.

11.3 O presente instrumento obriga às PARTES, seus sócios, associados, funcionários, contratados e subordinados a qualquer título, respondendo a parte e seus sócios, solidariamente, pela quebra dos deveres nele instituídos por qualquer desses atores.

11.4 Da vigência e do cumprimento do presente instrumento particular não se originarão quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias ou tributárias entre as partes, ou entre uma parte e os empregados, gestores, agentes e colaboradores da outra PARTE, a qualquer título ou sob qualquer circunstância.

11.5 As partes, de comum acordo, determinam que o presente instrumento particular constitui título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, independentemente da firmatura por testemunhas no Termo de Adesão.

11.6 As PARTES desde já reconhecem que a CLIENTE utilizará os Serviços objeto dos presentes Termos e Condições, de sua Proposta Comercial e seu Termo de Adesão para o exercício de atividades produtivas empresariais, não se caracterizando a CLIENTE como usuário final ou consumidor, de modo que não se aplicam entre as PARTES, em nenhuma hipótese, as disposições jurídicas relativas às relações de consumo, e este não é um Contrato para usuários finais; a PROVEDORA não fornece Serviços a usuários finais e, se a qualquer momento a CLIENTE se considerar usuário final ou consumidor, a CLIENTE deverá notificar imediatamente a PROVEDORA e cessar todas as tarefas e operações, aplicando-se as penalidades em caso de encerramento injustificado do clientes.

11.7 O não exercício pelas PARTES de quaisquer direitos que lhes assegurem estes Termos e Condições ou o Direito, assim como sua tolerância quanto a eventuais infrações cometidas pela PARTE contrária, em qualquer aspecto, não implicará no reconhecimento da renúncia a qualquer direito, nem novação ou modificação destes Termos e Condições.

11.8 Estabelece-se desde já que é competente para conhecer quaisquer ações oriundas de direitos e obrigações sobre a relação contratual entre as PARTES o Foro da Comarca da sede da PROVEDORA, tal como especificado no Anexo I, foro este pertinente e eleito com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, abrangendo expressamente o negócio jurídico delimitado no Termo de Adesão.

11.9 O ajuizamento de eventual ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência da PROVEDORA, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício e gerará responsabilidade da CLIENTE.

E assim justos e contratados, as Partes declaram que leram, compreenderam e aceitaram todos os termos do contrato, e assim a ele aderem pela firmatura do Termo de Adesão ou da Proposta Comercial fisicamente ou na forma eletrônica.

Ciudad del Este, datado eletronicamente.

EZEQUIEL CRIMINACIO

Assinado de forma digital por EZEQUIEL CRIMINACIO
Dados: 2026.10.02 10:28:17 -03'00'

3XS LOGISTICS

TÉRMINOS Y CONDICIONES GENERALES DE SERVICIOS DE LOGÍSTICA CROSSBORDER

Este documento está redactado oficialmente en una versión trilingüe, con los textos en Español, Portugués e Inglés idénticos y presentados secuencialmente pero, en caso de discrepancia, prevalecerá la versión en el idioma de los Términos del Acuerdo.

*Este documento, las Condiciones Generales de Servicios Logísticos Crossborder, es un contrato celebrado entre **CLIENTE**, calificada en los Términos de Adhesión firmados al momento de la contratación, y 3XS LOGISTICS E.A.S., una entidad legal constituida bajo las leyes de la República del Paraguay, RUC nº 801.692-40, con domicilio y jurisdicción en Ruta PY-02, Complejo Empresarial Global, Ciudad del Este, Alto Paraná, Paraguay, CP nº 100.182, aquí representada de acuerdo con sus estatutos, en adelante denominada como **PROVEDORA**, denominados colectivamente **PARTES**, habiendo acordado entre ellos los siguientes términos y condiciones:*

1 OBJETO

El propósito de estos Términos y Condiciones Generales para Servicios Logísticos Crossborder Paraguay-Brasil ("Términos y Condiciones") es regular la relación comercial entre el CLIENTE y el PROVEEDOR en todos los casos en que el CLIENTE utilice los servicios del PROVEEDOR ("Servicios"), bajo los términos y condiciones establecidos en el presente documento.

1.1 Los Servicios comprenden el objeto específico descrito en el Término de Adhesión a este Contrato o en las Propuestas Comerciales aprobadas entre las PARTES.

1.2 La CLIENTE declara que los Servicios prestados en virtud del presente Contrato le han sido demostrados y las cuestiones técnicas y funcionales resueltas, teniendo la CLIENTE pleno conocimiento de sus características y alcance, incluidas sus limitaciones, y que, tras su evaluación, ha juzgado, según sus propios criterios, que las funcionalidades, características y entregables existentes en los Servicios prestados están de acuerdo con su política de gestión administrativa, comercial y de producción, según la documentación preparatoria, satisfaciendo así sus necesidades.

1.3 El CLIENTE reconoce que, a menos que haya renunciado voluntariamente a ello, se llevó a cabo un análisis de la idoneidad de los Servicios para sus necesidades, y que el CLIENTE tomó la decisión de contratar los Servicios con el PROVEEDOR basándose en su propia voluntad y en el resultado del análisis de idoneidad.

1.4 Todos los Servicios tienen sus características aprobadas por el representante legal de CLIENTE,que por la presente declara su plena idoneidad para las necesidades de la CLIENTE *sd is* (en su estado actual).

1.5 El PROVEEDOR se compromete a aplicar su reconocida experiencia en la prestación de los Servicios contratados, que son obligaciones de medios, cuyo cumplimiento es independiente del resultado obtenido por la CLIENTE.

1.6 Se permite la subcontratación, por el PROVEEDOR, de cualquier entrega o aspecto de la ejecución que sea objeto de este instrumento privado.

a) En cualquier caso de subcontratación, independientemente de su alcance, está prohibido

otorgar a terceros acceso a datos o información protegidos que sean propiedad de la CLIENTE o de sus Clientes;

b) Cualquier subcontratación, bajo los términos de esta Cláusula, no generará ninguna obligación para la CLIENTE a favor del subcontratista, y la PROVEEDORA será plena y personalmente responsable de todos los aspectos de su relación con el subcontratista.

1.7 La relación entre el CLIENTE y el PROVEEDOR se establece mediante un Término de Adhesión a estos Términos y Condiciones, reconociendo ambas partes plenamente que ambos documentos son parte integral el uno del otro.

1.8 El contracto entre CLIENTE y PROVEEDOR permite extender la relación contractual a otras unidades de 3XS, simplemente firmando Término de Adhesión o Propuesta Comercial específicas.

2 PRECIO

Por la prestación de los Servicios, el CLIENTE pagará al PROVEEDOR la remuneración según los términos especificados en el Término de Adhesión o en la Propuesta Comercial.

2.1 Las PARTES, especialmente la CLIENTE, reconocen de manera irrevocable e incondicional que preservar el equilibrio económico y financiero de este Contrato es una condición esencial para su validez y correcta ejecución, objetivo que se logrará mediante las medidas de Reajuste, Revisión y Repactuación estipuladas en esta Cláusula.

2.2 Las PARTES reconocen expresamente que:

a) Mantener los valores, importes y márgenes relacionados con la relación contractual acordada durante toda la vigencia de este instrumento y de cualquier instrumento posterior es una condición esencial del negocio y, por lo tanto, necesaria para su equilibrio económico y financiero.

b) Este instrumento y los documentos relacionados, incluidos, entre otros, los Términos de Adhesión y la Propuesta Comercial, representan un acto de voluntad jurídicamente vinculante entre las PARTES y no pueden verse afectados por legislación posterior;

c) Para garantizar un equilibrio justo entre los derechos y obligaciones aquí acordados, las PARTES renuncian expresa e irrevocablemente a la aplicación de cualquier descuento, deflación o congelación.

2.3 Para los fines descritos en esta cláusula, se aplican las siguientes definiciones:

a) Reajuste: aplicación, al valor del Contrato, de índices oficiales, sectoriales o de otro tipo, que reflejen la inflación del período, con el fin de mantener el poder adquisitivo de la moneda;

b) Revisión: mantener el equilibrio económico y financiero del Contrato sin estar sujeto a plazos mínimos o índices de inflación, debido a la necesidad de superar el riesgo económico derivado de un caso fortuito, un suceso inesperado o una fuerza mayor;

c) Renegociación: renegociación de aspectos específicos del equilibrio económico y financiero del Contrato, como la aplicación directa de los cargos laborales para la categoría y la modificación de la ecuación de costos para los servicios.

2.4 Para una remuneración contractual adecuada, y considerando el destino brasileño de las operaciones *crossborder*, los importes adeudados por la prestación de Servicios, en los términos indicados en esta Cláusula y especificados en los Términos de Adhesión o Propuesta Comercial, se ajustarán automáticamente en el plazo más breve permitido por la Ley, aplicando la variación positiva del IGPM/FGV (Índice General de Precios de Mercado de la Fundación Getúlio Vargas).

2.5 Si, en la fecha en que se aplica el Reajuste, el organismo competente no ha publicado el índice, el pago de la cuota se realizará según el valor de la cuota anterior, y cualquier diferencia entre el valor

de la última cuota y la que se adeudaría con la aplicación del Reajuste para el mes deberá pagarse adicionalmente al valor de la cuota del siguiente período de facturación, o a la facturación residual.

2.6 Si la ley no permite el ajuste mensual e individual de las cuotas en el momento de su vencimiento, los importes se ajustarán en el plazo más breve permitido por la ley, aplicando los mismos índices, y siempre que haya ajustes, el saldo pendiente y las cuotas se ajustarán automáticamente mediante el coeficiente de variación positivo del índice elegido o su sustituto, a partir del mes base para el cálculo del ajuste, o a partir del último ajuste aplicado.

2.7 Considerando el destino brasileño de los servicios *crossborder,* si el índice de ajuste elegido en este Contrato deja de calcularse o se extingue, haciendo imposible conocer su variación, se utilizará inmediatamente el índice que le siga, u otro índice de una institución de buena reputación que refleje la variación monetaria del período, sin perjuicio de las PARTES, dándose preferencia a los siguientes índices, en el orden en que se indican:

a) INPC/IBGE (Índice Nacional de Precios al Consumidor del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística);
b) IPC/FIPE (Índice de Precios al Consumidor de la Fundación del Instituto de Investigación Económica);
c) IGP/FGV (Índice General de Precios de la Fundación Getúlio Vargas).

2.8 Si el índice elegido es negativo en el momento del Reajuste, las PARTES acuerdan que el Reajuste corresponderá al promedio de la variación positiva de los índices alternativos enumerados en los puntos del párrafo anterior.

2.9 La revisión de los valores relacionados con este Contrato se realizará automáticamente en los siguientes casos:

a) Cambios o reformas de carácter tributario que modifiquen el hecho imponible, la base imponible o los tipos impositivos aplicables a las actividades del PROVEEDOR tanto en la primera como en la segunda fase;
b) Cambios en los beneficios fiscales, incluidos pero no limitados a exenciones fiscales, créditos fiscales, créditos presuntos y pagos diferidos que aumenten directa o indirectamente la carga tributaria sobre las actividades del PROVEEDOR;
c) Creación, establecimiento, incremento o inicio de la recaudación de impuestos sobre las actividades de la PROVEEDORA;
d) Establecimiento de procedimientos tributarios, limitaciones administrativas u obligaciones accesorias que impliquen un aumento sustancial en los costos operativos del PROVEEDOR.

2.10 En caso de revisión automática del contrato, bajo cualquiera de las circunstancias descritas en la sección anterior, la PROVEEDORA elaborará un informe fiscal y una declaración detallada de los impactos del riesgo económico o de fuerza mayor y se los enviará a la CLIENTE, aplicándose automáticamente la revisión así demostrada a partir de la siguiente fecha de factura.

2.11 Las PARTES reconocen que las consecuencias e impactos de la Enmienda Constitucional N° 132/2023, la Ley Complementaria N° 214/2025 y cualquier otro instrumento normativo relacionado con la reforma tributaria en curso, así como las consecuencias e impactos de las modificaciones a la Ley N° 12.546/2011 por la Ley N° 14.784/2023 o por normas que reproduzcan los efectos de la Medida Provisional N° 1.202/2024, que de cualquier forma eliminen o alteren el régimen de Contribución a la Seguridad Social sobre los Ingresos Brutos, se consideran expresamente y plenamente incluidos en las hipótesis de revisión automática.

2.12 En los casos en que el riesgo económico se deba a las acciones del príncipe, a casos fortuitos o de fuerza mayor no contemplados en las disposiciones automáticas de las secciones anteriores, la

Revisión comenzará con la presentación por parte del PROVEEDOR de una declaración de equilibrio económico y financiero a la CLIENTE, con el fin de iniciar las conversaciones para la ejecución de un acuerdo de Revisión Contractual.

2.13 En caso de que se produzcan cambios sustanciales en la estructura de costos de los servicios del PROVEEDOR, incluidos, entre otros, el establecimiento de nuevas obligaciones accesorias, ajustes salariales para la categoría o cargos sectoriales en convenios o acuerdos de negociación colectiva, el PROVEEDOR podrá proponer una renegociación contractual a la CLIENTE, previa presentación de una declaración detallada de los impactos experimentados.

2.14 En ambos casos de renegociación y revisión no automática, la negativa final de la CLIENTE a celebrar un acuerdo de renegociación o revisión después de que la PROVEEDORA haya demostrado debidamente, con documentación, los impactos, caracterizará carga excesiva del Contrato, independientemente de cualquier acción legal, en cuyo caso la PROVEEDORA podrá considerar el Contrato terminado por cláusula expresa, sin perjuicio del cumplimiento total de las obligaciones de la CLIENTE relacionadas con los servicios ya prestados y los productos ya entregados hasta la fecha de terminación del contrato.

2.15 Se aplicarán todos los cargos financieros establecidos entre las PARTES *pro rata die*.

2.16 La PROVEEDORA tiene garantizado el derecho, en cualquier momento, a cobrar al CLIENTE todos y cada uno de los cargos financieros, incluidos, entre otros, los plazos, multas, intereses, honorarios y ajustes monetarios que, por cualquier motivo, no se hayan pagado en la fecha de vencimiento, así como el derecho a aplicar Reajustes, Revisiones y Renegociaciones incluso después de su plazo original, quedando establecido que el pago y la liquidación de cualquier plazo no implican una presunción de que los plazos anteriores se hayan liquidado, incluso si no se indica nada en el acuerdo de liquidación, y las partes renuncian a cualquier presunción de pago.

2.17 La quiebra, insolvencia o solicitud de reorganización extrajudicial o judicial de la CLIENTE o sus administradores será causa de terminación de este Contrato, resolviéndolo automáticamente, con el vencimiento anticipado de todas las obligaciones financieras de la CLIENTE para con la PROVEEDORA, otorgándoles el privilegio de cumplimiento inmediato por la CLIENTE antes de la junta de acreedores, con la devolución inmediata de todos los Equipos y prohibiendo la aplicación de cualquier descuento.

2.18 El pago de cualquier cantidad sólo se considerará probado mediante una autorización por escrito, que la CLIENTE deberá presentar si se requiere prueba alguna.

2.19 La emisión de facturas según lo indicado en los Términos de Adhesión o la Propuesta Comercial, bajo estos Términos y Condiciones, no dependerá de ninguna circunstancia más que la provisión de credenciales de acceso a los Servicios o la firma de un acuerdo de prestación de servicios, ya que dicha disponibilidad se caracteriza por el acceso de los usuarios de la CLIENTE a los entregables de los Servicios, y el acuerdo de la CLIENTE con la finalización de las operaciones de implementación o entrega no es una condición para la facturación.

2.20 En caso de incumplimiento, además de la aplicación del Reajuste, Revisión o Renegociación, se deberán abonar los siguientes cargos por mora:

a) Una multa del 10% (diez por ciento) del monto total adeudado;
b) Interés de demora del 1% (uno por ciento) mensual;
c) Corrección monetaria utilizando el mismo índice de ajuste vigente según esta cláusula;
d) Honorarios de abogado del 20% (veinte por ciento) sobre el monto total de la deuda, en caso de cobro administrativo o judicial.

2.21 Los cargos por mora se aplicarán automáticamente únicamente por la falta de pago de cualquier cuota en su fecha de vencimiento, independientemente de la notificación o requerimiento judicial o extrajudicial, sin perjuicio de las demás disposiciones de este instrumento, y la recepción de cuotas vencidas por la PROVEEDORA, a través de un agente, banco o abogado, no constituirá novación o renuncia a las estipulaciones y garantías proporcionadas.

2.22 Si el CLIENTE no ha recibido, en la fecha de vencimiento del plazo, los documentos o la información necesarios para su pago, deberá tomar las medidas necesarias, a su cargo, para obtener dichos documentos o información del PROVEEDOR, bajo pena de incurrir en cargos por mora.

2.23 En caso de incumplimiento que exceda los 30 (treinta) días, la CLIENTE podrá considerar el Contrato terminado por ministerio de la ley, sin perjuicio del pago por los Servicios ya prestados hasta la fecha de terminación.

2.24 El CLIENTE será el único y exclusivo responsable de todos los gastos relacionados con la prestación de un servicio integral a su cliente final, incluidos los gastos operativos, ya sean fijos o variables, los gastos de impuestos y seguridad social, los gastos laborales, el transporte, los seguros o cualquier otro gasto de cualquier naturaleza. El PROVEEDOR no será responsable de ningún importe relacionado con las operaciones del CLIENTE, independientemente de que estas tengan éxito o no.

3 TÉRMINO

Este documento privado tendrá validez a partir de la fecha de la firma del Término de Adhesión o de la aceptación de la Propuesta Comercial, por tiempo indefinido, y no caducará por el transcurso del tiempo.

3.1 En vista de la naturaleza y los recursos involucrados en los servicios extraordinarios que se realicen durante la fase de implementación de los Servicios, este Contrato tendrá la duración mínima que eventualmente se indique en los Términos de Adhesión o en la Propuesta Comercial, un plazo que vincula tanto a la CLIENTE como a la PROVEEDORA y sus sucesores en título.

3.2 Si el CLIENTE decide rescindir el Contrato o interrumpir de cualquier forma la relación contractual antes de que transcurra el plazo mínimo indicado en el punto anterior, el CLIENTE deberá pagar al PROVEEDOR una penalización del 25% (veinticinco por ciento) de los pagos mensuales correspondientes al plazo restante y no vencido del Contrato.

3.3 Incluso en caso de rescisión del contrato sin causa justificada, si la PROVEEDORA ha otorgado bonificaciones iniciales a la CLIENTE según lo indicado en el Término del Adhesión o la Propuesta Comercial, incluyendo, entre otros, bonificaciones por costos de implementación, parametrización, capacitación, *setup* o pagos a plazos para gastos iniciales,El período de fidelidad mencionado anteriormente se aplica como plazo mínimo del contrato, y si el CLIENTE desea rescindir el Contrato antes de este período, deberá pagar al PROVEEDOR el importe total de la bonificación correspondiente a la diferencia entre el coste inicial real y el *setup* efectivamente cobrado después de la bonificación.

3.4 Una vez transcurrido el plazo mínimo indicado en el Término del Adhesión o la Propuesta Comercial, cualquiera de las PARTES podrá solicitar la rescisión del contrato sin causa justificada, siempre que notifique expresamente a la otra parte con 30 (treinta) días de antelación, sin incurrir en penalizaciones, y se presumirá que el contrato se prorroga por períodos iguales y sucesivos.

3.5 La rescisión del contrato, bajo cualquiera de sus modalidades, no exime a la CLIENTE de la responsabilidad del pago de la remuneración por los servicios ya prestados, ya sean ya facturados o pendientes de facturación.

3.6 Las PARTES reconocen por la presente que los Servicios se contratan bajo la modalidad *as is* y, por

lo tanto, cualquier reclamación del CLIENTE de que los Servicios no satisfacen sus necesidades particulares o no cumplen con sus reglas comerciales no exime al CLIENTE de las obligaciones relativas a la duración contractual, tal como se estipula en la Cláusula "Objeto".

4 ALQUILER

Si la relación establecida entre las PARTES, en virtud de la Propuesta Comercial o de los Términos de Adhesión, incluye el alquiler de espacios de almacenamiento, se aplicarán las disposiciones de esta Cláusula, sin perjuicio de las demás disposiciones aplicables establecidas en este instrumento.

4.1 El CLIENTE será responsable por costes y gastos relacionados con la logística de sus productos a los espacios alquilados, incluidos los gastos de envío y devolución entre el CLIENTE y el PROVEEDOR.

4.2 Las condiciones de riesgo de las mercancías almacenadas en el espacio arrendado son responsabilidad exclusiva de la CLIENTE, incluso en situaciones de circunstancias imprevistas o fuerza mayor, y esta última debe asegurarse de que se contraten servicios de seguridad y operación. *swap* necesario para preservar su valor en caso de pérdida y que, si fuera necesario, estén cubiertos por una póliza de seguro adecuada, bajo pena de ser considerados objetivamente responsables por los daños constatados.

4.3 El CLIENTE acepta solemnemente abstenerse de alquilar, subarrendar, vender, consignar, ceder, presentar, prestar o transferir los espacios de cualquier forma a terceros, ya sean personas físicas o jurídicas, sin la autorización expresa por escrito de la PROVEEDORA.

4.4 Los importes del alquiler mensual se considerarán el precio a todos los efectos de este contrato, y las disposiciones de la cláusula "Precio" se aplicarán en su totalidad.

4.5 El PROVEEDOR tiene derecho, previa notificación, a inspeccionar los productos y materiales que se encuentren en los espacios arrendados, ya sea personalmente o a través de sus representantes, cuando lo considere oportuno, para verificar el cumplimiento de las obligaciones asumidas.

4.6 La relación entre las PARTES, incluso con el alquiler de espacio de almacenamiento, no constituye un contrato de arrendamiento inmobiliario a efectos legales, manteniendo siempre la naturaleza de una prestación de servicios.

5 SECRETO Y DISCRECIÓN

Las PARTES acuerdan mantener la total confidencialidad de toda la información cubierta por este Contrato, y no utilizarán dicha información confidencial y de propiedad exclusiva para su propio beneficio o el de terceros, durante la relación con la PROVEEDORA, así como durante un período de 5 (cinco) años después de la terminación de la relación.

5.1 Las PARTES reconocen mutuamente que, para el correcto y fiel cumplimiento de sus actividades amparadas por este Contrato, es necesario proporcionar información personal confidencial y sensible, cuya divulgación a terceros o uso no autorizado constituye una infracción muy grave, además de las sanciones administrativas, civiles y penales aplicables. Las PARTES garantizan que los datos confidenciales o estratégicos no serán vendidos ni intercambiados con terceros, y que su información personal será tratada con el nivel de protección legalmente exigido para garantizar su seguridad y evitar su alteración, pérdida, procesamiento o acceso no autorizados.

5.2 La información confidencial y de propiedad exclusiva solo podrá divulgarse a terceros con el consentimiento previo por escrito del titular original, o en caso de orden judicial o autorización expresa del titular original con respecto a la información generada y en su poder, en cuyo caso la otra PARTE deberá informar inmediatamente al titular original por escrito para que este pueda intentar evitar la obligación de divulgar la información.

5.3 Las PARTES adoptarán diligentemente todas las medidas necesarias para proteger y evitar la divulgación de cualquier información, así como para evitar que dicha información confidencial y secreta pase a ser de dominio público.

5.4 Las PARTES reconocen y aceptan que, en caso de incumplimiento de cualquiera de las cláusulas de confidencialidad de este instrumento, estarán sujetas a todas las sanciones y penas establecidas por la ley brasileña, en los ámbitos administrativo, civil y penal, especialmente en lo que respecta al pago de indemnizaciones por pérdidas y daños causados como resultado de dicho incumplimiento.

5.5 La CLIENTE reconoce plena e irrevocablemente, al firmar los Términos de Adhesión al presente Instrumento, que el uso de datos por parte de la PROVEEDORA sin identificación individual, dentro del ámbito de las actividades de*macrodatos*o tecnologías similares, no constituye una violación de la confidencialidad establecida por esta Cláusula, y el uso y aplicación de datos de esta naturaleza queda por la presente autorizado.

5.6 Este acuerdo adopta como premisa la discreción de las PARTES con respecto a cualquier hecho o circunstancia que ocurra antes, durante o después de la relación contractual, de manera que las PARTES tienen expresamente prohibido divulgar, excepto cuando estén legalmente autorizadas:

a) Expresar opiniones de desaprobación, insatisfacción, quejas o cualquier otra expresión negativa, de cualquier naturaleza y a través de cualquier medio, en relación con la otra PARTE, incluyendo, entre otras, expresiones en la prensa o en las redes sociales;
b) Conceder entrevistas, hacer declaraciones, emitir declaraciones públicas o cualquier otro tipo de comunicación abierta o restringida con respecto a su período de relación con la otra PARTE;
c) Promover opiniones negativas o que sean perjudiciales para la reputación de la otra PARTE, incluso a través de intermediarios;
d) Prestar testimonio que perjudique la reputación o la posición de la otra PARTE, por cualquier medio o canal, incluso buscando el anonimato;
e) Comunicarse con empleados, proveedores o clientes pasados, presentes y futuros de la otra PARTE con el fin de transmitirles cualquier posición negativa o ambigua;
f) Intercambiar mensajes con terceros que contengan comentarios negativos sobre la otra parte;
g) Expresarse públicamente, o en privado de una manera que potencialmente podría hacerse pública, con contenido que podría considerarse o interpretarse como negativo en relación con la postura, reputación o cualquier otro aspecto de las acciones de la otra PARTE, incluso si a través de medios o métodos no previstos en los demás puntos de esta Cláusula.

5.7 La divulgación por la CLIENTE de la condición de la CLIENTE como su Cliente, así como la divulgación por la CLIENTE de la CLIENTE como su proveedor, con sus nombres y marcas, no constituye un incumplimiento del deber de discreción, circunstancia que las PARTES autorizan por el presente.

5.8 La infracción, por parte de las PARTES, de las disposiciones de esta Cláusula, resultará en su contra, a favor de la PARTE inocente, por cada aspecto, cada ocurrencia y cada infracción, una penalización del 30% (treinta por ciento) del valor total de este Contrato considerado su duración mínima indicada en la Cláusula “Plazo”, independientemente de la obligación de cesar inmediatamente las actividades que infringen este Contrato, sirviendo dicha penalización como inicio de la compensación.

6 POLÍTICA DE PRIVACIDAD

En las operaciones que impliquen la recopilación, el almacenamiento, la custodia y el procesamiento de

registros, datos personales, datos personales sensibles o comunicaciones, la CLIENTE garantiza a la PROVEEDORA que tanto ella como sus agentes respetan la legislación y los derechos a la privacidad, la protección de datos personales y la confidencialidad de las comunicaciones y los registros privados.

6.1 Para la prestación de servicios al CLIENTE, el PROVEEDOR recopila la siguiente información:

a) Información personal proporcionada por la CLIENTE sobre sus usuarios y terceros, como nombre y apellidos, número de documento o identificación válida, contraseña, nacionalidad, información de identificación fiscal e información de contacto física y virtual (como número de teléfono, domicilio o dirección, *e-mail*), cuya verificación confidencial con terceros autoriza la CLIENTE mediante la adhesión al presente Contrato;

b) Información sobre el CLIENTE, proporcionada por terceros, como socios comerciales, entidades afiliadas, redes sociales y bases de datos públicas y privadas, que puede combinarse con información personal para la prestación de servicios por parte del PROVEEDOR;

c) Información recopilada por nuestros sistemas, que incluye la recopilación y el almacenamiento automáticos de información sobre la actividad del usuario en el sitio *web,* la URL de la que proviene (ya sea que estén o no en *website* de la PROVEEDORA, la URL a la que accede frecuentemente, el navegador que utiliza y su dirección IP, así como los sitios *web* visitados y las búsquedas realizadas, el uso de *cookies* y de *web beacons*.

6.2 En cualquier momento, el usuario de la CLIENTE puede optar por no recibir archivos de *cookies* permitiendo que su navegador las rechace o le informe antes de aceptarlas; la CLIENTE declara que es consciente, sin embargo, de que si el usuario se niega a aceptar *cookies* o otros dispositivos de recopilación de información, es posible que no tenga acceso a los servicios ofrecidos por el PROVEEDOR.

6.3 Al prestar servicios al CLIENTE, el PROVEEDOR podrá utilizar sus datos para las siguientes actividades:

a) Gestionar la intermediación de las operaciones hacia y desde la CLIENTE, ejecutar las transacciones iniciadas y procesar los documentos;

b) Ofrecer al CLIENTE productos y servicios y responder a sus preguntas y comentarios;

c) Enviar al CLIENTE confirmaciones y actualizaciones sobre sus operaciones, así como cualquier otra información relevante, a través de cualquier canal. que la CLIENTE haya informado;

d) Contactar a un representante de la CLIENTE con el fin de prestar servicios, realizar encuestas de opinión, estadísticas o análisis sobre hábitos o preferencias de consumo, y notificarles por *e-mail* en relación con ofertas especiales y productos y servicios que puedan ser de su interés, a menos que usted decida no participar;

e) Desarrollar estudios internos sobre los intereses, comportamientos y datos demográficos de los usuarios, con el fin de comprender mejor sus necesidades e intereses, mejorar nuestras iniciativas comerciales y promocionales, personalizar su contenido, presentación y servicios, y mostrar información y *banners* que resulten interesantes para los usuarios;

f) Compartir su información personal con empresas pertenecientes a 3XS, asumiendo el destinatario de dichos datos las mismas obligaciones que la entidad que transfiere esos datos personales;

g) Transferir los datos personales de los interesados a otros operadores que tengan soluciones utilizadas por el CLIENTE e integradas con las soluciones proporcionadas por el PROVEEDOR;

h) Publicar no *website,* Las opiniones, comentarios, testimonios y sugerencias realizadas por los usuarios de la CLIENTE podrán publicarse en las páginas de redes sociales u otros canales de

comunicación de la CLIENTE, y podrán identificarse por su nombre completo o apellido, foto, comentario y nacionalidad.

6.4 Al enviar sus opiniones, comentarios, testimonios y sugerencias, o al proporcionar fotos reales a través de *website*, el usuario de la CLIENTE cede irrevocablemente a la CLIENTE todos los derechos de propiedad sobre dichas fotografías y opiniones; el usuario de la CLIENTE puede enviar su opinión de forma anónima o eliminarla comunicándose con la CLIENTE de la manera definida en este Acuerdo.

6.5 Si bien el CLIENTE podrá solicitar excepcionalmente, en virtud del presente Contrato, la cancelación de los servicios y la eliminación de su información, el PROVEEDOR podrá conservar parte o la totalidad de la información proporcionada en determinados casos, con el fin de resolver disputas o reclamaciones, detectar y solucionar problemas o incidentes, y cumplir con las disposiciones legales y contractuales aplicables; por lo tanto, aunque el PROVEEDOR se compromete a hacer todo lo posible, puede ocurrir que no toda la información introducida en el sistema se elimine de forma permanente.

6.6 La CLIENTE, en su calidad de Responsable del tratamiento de los Datos Personales de las personas a las que se refieren los datos, en adelante denominados Interesados, se compromete a obtener, de conformidad con la ley, el consentimiento específico para el tratamiento y otras autorizaciones específicas para compartir o comunicar los datos a Terceros, Responsables del Tratamiento u Operadores, sin que la CLIENTE sea responsable de dicha acción.

6.7 Las Partes declaran que el tratamiento de Datos Personales en virtud de estos Términos y Condiciones se realizará estrictamente para garantizar la correcta ejecución de los servicios y de conformidad con la legislación aplicable.

6.8 Será responsabilidad de CLIENTE designar la base jurídica válida y adecuada para el tratamiento de los Datos Personales realizado en el marco del Contrato.

6.9 La CLIENTE se compromete a:

a) Capturar, ya sea directamente o a través de sus usuarios, el consentimiento del interesado, en su calidad de responsable del tratamiento de datos;
b) Contar con una estructura operativa para recibir y atender adecuadamente las solicitudes o comunicaciones de los interesados en el tratamiento de datos personales, en las que se requiera el cumplimiento de cualquiera de los derechos previstos en la legislación pertinente.

6.10 La CLIENTE y sus agentes deben colaborar para garantizar que la información personal del Titular sea tratada con el nivel de protección legalmente exigido para garantizar su seguridad y evitar su alteración, pérdida, procesamiento o acceso no autorizados.

6.11 La CLIENTE garantiza y es responsable, en todo caso, de la veracidad, exactitud, validez y autenticidad de la información personal y los datos de los interesados recogidos y proporcionados, comprometiéndose a mantenerlos debidamente actualizados.

6.12 La CLIENTE y sus agentes deben tomar todas las medidas necesarias para evitar la divulgación de cualquier información, así como para evitar que dicha información confidencial pase a ser de dominio público, y tienen terminantemente prohibido revelar su contraseña o cualquiera de sus datos de acceso a terceros.

6.13 Todo tratamiento de datos personales de niños y adolescentes debe realizarse en su mejor interés, de conformidad con los Términos de Responsabilidad y la legislación aplicable. Es obligación de la CLIENTE, ya sea directamente o a través de sus Usuarios, obtener el consentimiento específico y

explícito del padre, la madre o el tutor legal para el tratamiento de los datos personales de los menores.

6.14 La PROVEEDORA se compromete, dentro del ámbito de los Servicios, a realizar todo y cada uno de los tratamientos de datos personales exclusivamente de conformidad con las directrices que le proporcionen el Responsable del Tratamiento y los Operadores que sean sus Usuarios, con el fin de cumplir las obligaciones contractuales acordadas en el presente documento.

6.15 Las PARTES reconocen por la presente que son plenamente conscientes de todos los derechos del interesado:

a) Confirmación de la existencia del tratamiento;
b) Acceso a los datos;
c) Corrección de datos incompletos, inexactos o desactualizados;
d) Anonimización, bloqueo o eliminación de datos innecesarios, excesivos o procesados ilegalmente;
e) Portabilidad de los datos a otro proveedor de servicios o productos, previa solicitud expresa, de conformidad con la normativa de la autoridad nacional, respetando los secretos comerciales e industriales;
f) Supresión de los datos personales tratados con el consentimiento del interesado, salvo en los casos previstos por la ley;
g) Información procedente de entidades públicas y privadas con las que el responsable del tratamiento ha compartido datos;
h) Información sobre la posibilidad de no dar el consentimiento y las consecuencias de la negativa;
i) La revocación del consentimiento podrá producirse en cualquier momento, mediante una declaración expresa, ratificándose los tratamientos realizados bajo el consentimiento previamente expresado hasta que se solicite su eliminación, de conformidad con esta cláusula.

7 NO COMPETENCIA Y PROPIEDAD INTELECTUAL

En vista de la naturaleza del acceso a información comercial, industrial e intelectual sensible que caracteriza la relación entre la CLIENTE y la PROVEEDORA, las PARTES reconocen que la cláusula de no competencia de la CLIENTE contra la PROVEEDORA es esencial desde la firma de este instrumento, incluyendo, entre otras, las disposiciones de esta Cláusula.

7.1 El CLIENTE se compromete a no abrir ninguna empresa que compita con la actividad económica del PROVEEDOR, incluyendo a sus representantes legales, durante toda la vigencia de su relación con el PROVEEDOR y durante un período de 5 (cinco) años después de su terminación. Esta prohibición incluye cualquier actividad del CLIENTE, sus personas físicas y jurídicas relacionadas, o sus asociados, que incluso indirectamente ocupen cualquier nicho de mercado al que se dedica el PROVEEDOR, o que directa o indirectamente acosen, aborden, presten servicios, vendan, contraten o desvíen de cualquier manera, para beneficio propio o de terceros, a la clientela del portafolio del PROVEEDOR, o que constituyan el desarrollo o suministro de productos similares o que compitan con los Servicios del PROVEEDOR.

7.2 Si las negociaciones entre las partes no culminan en una relación contractual u otro resultado esperado, o si dichas negociaciones, aun cuando no hayan fracasado, se dan por terminadas, el impedimento que impide a la CLIENTE competir con la PROVEEDORA en su campo de actividad seguirá plenamente vigente, en los términos de esta Cláusula, dado que la información sensible relativa a la estrategia y el desarrollo de soluciones a la que la CLIENTE tiene, ha tenido y tendrá acceso constituye competencia desleal, sancionable en los términos de este instrumento.

7.3 El CLIENTE reconoce que toda la propiedad comercial, intelectual e industrial involucrada en su relación con el PROVEEDOR es propiedad exclusiva del PROVEEDOR, incluyendo el conocimiento relacionado con operaciones comerciales, acceso al mercado, entre otros, y el CLIENTE tiene expresamente prohibido, desde la firma de este instrumento, utilizar al PROVEEDOR sin su autorización expresa por escrito:

a) Fabricar, desarrollar, comercializar, ofrecer o donar un producto o servicio basado en los productos del PROVEEDOR;
b) Utilizar cualquier medio o proceso basado en el proceso propiedad del PROVEEDOR o indicado en este instrumento, sin la debida autorización;
c) Suministrar a terceros componentes de los productos y servicios del PROVEEDOR;
d) Reproducir, total o parcialmente, la identidad visual de los productos y servicios del PROVEEDOR, o imitarla de forma que pueda causar confusión;
e) Publicar, por cualquier medio, una declaración falsa en perjuicio de la PROVEEDORA;
f) Proporcionar o divulgar información falsa sobre la PROVEEDORA con el fin de obtener una ventaja;
g) Emplear cualquier medio para desviar, en beneficio propio o ajeno, a los clientes de la PROVEEDORA o a los indicados en este instrumento, en un acto de competencia contra la PROVEEDORA;
h) Utilizar cualquier expresión publicitaria o símbolo de la PROVEEDORA o indicado en este instrumento, o el imitar con el fin de crear confusión entre productos o establecimientos;
i) Hacer un uso indebido del nombre comercial, nombre de la empresa o insignia de la PROVEEDORA o indicados en este instrumento, o vender, exhibir, ofrecer para la venta o poseer en existencia cualquier producto o servicio con dichas referencias;
j) Dar o prometer dinero u otro beneficio a un empleado de la PROVEEDORA, de manera que el empleado, al incumplir con su deber en el trabajo, proporcione una ventaja a la PROVEEDORA;
k) Recibir dinero u otro beneficio, o aceptar una promesa de pago o recompensa, con el fin de, incumpliendo el deber como socio, proporcionar una ventaja a un competidor de la PROVEEDORA;
l) Divulgar, explotar o utilizar, sin autorización, conocimientos, información o datos confidenciales utilizables en la industria, el comercio o la prestación de servicios, excluyendo aquellos que sean de dominio público o evidentes para un técnico en el campo, a los que se haya obtenido acceso a través de la relación con el PROVEEDOR, incluso después de la terminación del Contrato, excepto con la autorización del PROVEEDOR;
m) Divulgar, explotar o utilizar, sin autorización, cualquier conocimiento o información amparada por este Acuerdo, obtenida por medios ilícitos o a la que se haya accedido mediante fraude;
n) Difundir, por sus propios medios o por los de terceros, cualquier servicio que directa o indirectamente represente competencia con los servicios de la PROVEEDORA, durante el período de no competencia, según lo prohibido por los apartados de esta Cláusula;
o) Sustituir el nombre o la razón social de la CLIENTE o de terceros en un producto de la CLIENTE, sin su consentimiento;
p) Vender, exhibir u ofrecer para la venta, en un contenedor, presentación o envoltorio, ya sea físico o no, perteneciente a la PROVEEDORA, un producto adulterado o falsificado, o usarlo para comerciar con un producto del mismo tipo, incluso si no está adulterado o falsificado;
q) Realizar cualquier acto que, aun cuando no esté descrito en este instrumento, constituya competencia o competencia desleal con las actividades realizadas por la PROVEEDORA.

7.4 Tras la rescisión de este acuerdo privado por cualquier motivo, la CLIENTE tiene expresamente

prohibido utilizar, bajo cualquier justificación, los derechos de propiedad industrial, comercial e intelectual relacionados con el presente, incluso si no están expresamente permitidos.

7.5 Cualquier colaboración entre el CLIENTE o sus agentes y el PROVEEDOR con el fin de mejorar, desarrollar o modificar los Servicios no constituye, bajo ninguna circunstancia, propiedad industrial, comercial o intelectual del CLIENTE sobre los Servicios desarrollados, y no se debe remuneración alguna al CLIENTE por dichas actividades, permaneciendo la propiedad industrial, comercial o intelectual resultante enteramente bajo el control del PROVEEDOR, incluso si, mediante una liberalidad no vinculante, el PROVEEDOR finalmente ha otorgado al CLIENTE alguna ventaja.

7.6 Salvo autorización expresa de otro modo por la CLIENTE, la PROVEEDORA se compromete expresamente, directa o indirectamente, incluso a través de intermediarios, incluyendo, entre otros, cónyuges, parejas y parientes por consanguinidad o afinidad, empresas relacionadas, contratos, acuerdos o cualquier otra forma, desde el inicio de la relación entre las PARTES y durante un período de 2 (dos) años a partir de su eventual terminación, a:

a) No solicitar negocios de la PROVEEDORA ni de sus proveedores, ni interferir de ninguna manera en la relación mantenida entre la PROVEEDORA, según sea el caso, y sus respectivos socios y proveedores, actuales o futuros;
b) No solicite, contrate ni haga ningún esfuerzo por solicitar o contratar a ningún administrador, director, gerente o empleado de la PROVEEDORA, mientras la persona en cuestión ocupe dicho cargo y durante un período de 2 (dos) años a partir de su salida de la PROVEEDORA por cualquier motivo.

7.7 La infracción, por parte de la CLIENTE, de las disposiciones de este contrato, dará lugar a una penalización en su contra, a favor de la PROVEEDORA, por cada aspecto, cada ocurrencia y cada infracción, del 30% (treinta por ciento) del valor total del contrato considerando su duración mínima indicada en la Cláusula “Plazo”, independientemente de la obligación de cesar inmediatamente las actividades que infringen el contrato, sirviendo dicha penalización como inicio de la indemnización que deberá ser complementada por los daños consecuenciales y las ganancias pérdidas sufridas por la PROVEEDORA.

8 COLABORACIÓN DE LAS PARTES CONTRATANTES

Independientemente del rol del PROVEEDOR como proveedor de los Servicios objeto de este contrato, la CLIENTE es responsable de colaborar de manera comprometida y constante para la consecución del objeto contractual, incluyendo, entre otras, las obligaciones descritas en esta Cláusula.

8.1 El CLIENTE será el único responsable de contratar servicios y productos de terceros para su integración con los Servicios del PROVEEDOR en su ubicación, incluyendo, entre otros:a Servicios de transporte y logística de terceros no incluidos en el Término de Adhesión o la Propuesta Comercial..

8.2 Es responsabilidad exclusiva de CLIENTE llevar a cabo copias de seguridad periódicas de sus archivos y documentos relacionados con los Servicios, independientemente de si son recopilados o generados por el PROVEEDOR.

8.3 Es responsabilidad de la CLIENTE designar personal con poder de decisión para supervisar y aprobar los documentos de ejecución del contrato, incluidos, entre otros, los planes del proyecto, las órdenes de trabajo, los términos de entrega y las actas de las reuniones, así como garantizar su participación en las reuniones con una asistencia mínima del 80% (ochenta por ciento), ya sean estas reuniones presenciales o remotas.

8.4 Las reuniones celebradas con el equipo designado por el CLIENTE se formalizarán en un

documento, ya sea mediante actas, notas de reunión o correo electrónico, que se enviará por correo electrónico a todos los involucrados para su consideración y ajustes dentro de un período de 5 (cinco) días hábiles después del envío.

8.5 Si los representantes de la CLIENTE no responden dentro del plazo estipulado en esta Cláusula, se entenderá que aceptan tácitamente todos los términos de la comunicación enviada, incluso si la CLIENTE no ha cumplido con la asistencia requerida a las reuniones programadas.

8.6 Periódicamente, el CLIENTE debe verificar los parámetros tributarios y fiscales, incluyendo, entre otros, tasas, aplazamientos, exenciones, etc., informados por sus empleados al PROVEEDOR, evitando así problemas con las autoridades tributarias municipales, estatales y federales de todos los países involucrados en las operaciones.

8.7 El CLIENTE es responsable administrativa, civil y penalmente por todas las operaciones registradas o realizadas a través de los Servicios, incluidas, entre otras, las operaciones administrativas, contables y financieras, declarando por la presente la plena regularidad de sus operaciones y eximiendo al PROVEEDOR de cualquier responsabilidad por las mismas.

8.8 La CLIENTE se compromete a cumplir con las mejores prácticas y políticas para la prevención de la corrupción, el blanqueo de capitales y la financiación del terrorismo, y de*cumplimiento*, absteniéndose categóricamente de participar en cualquier acto ilegal, corrupción o mala conducta administrativa, por los cuales, en caso de ocurrir, será considerado el único responsable.

9 MODULACIÓN DE LA RESPONSABILIDAD

En la medida en que no lo prohíba la ley, el PROVEEDOR renuncia a todas las representaciones, garantías o condiciones expresas o implícitas de cualquier tipo, que surjan de la ley o de otro modo, con respecto a los Servicios, incluidas, sin limitación, las representaciones, garantías y condiciones de comerciabilidad, idoneidad para un propósito particular, titularidad, infracción y calidad del servicio.

9.1 El PROVEEDOR no ofrece garantías ni declaraciones con respecto al contenido, efectividad, utilidad, confiabilidad, disponibilidad, puntualidad, calidad, idoneidad, precisión o integridad de los Servicios, ni sobre los resultados que la CLIENTE pueda obtener al utilizar los Servicios, ni garantiza que los Servicios serán ininterrumpidos, estarán libres de errores o serán completamente seguros.

9.2 Sin limitar la generalidad de lo anterior, la CLIENTE no declara ni garantiza que el funcionamiento o uso de los Servicios será oportuno, seguro, ininterrumpido o libre de errores, ni que la calidad de cualquier producto, servicio, información u otro material que la CLIENTE adquiera u obtenga a través de los Servicios cumplirá con sus requisitos.

9.3 En particular, el CLIENTE reconoce solemnemente que el PROVEEDOR no ha hecho ni hace ninguna declaración o garantía de que los Servicios impedirán definitivamente el acceso no autorizado a sus espacios, propiedades o instalaciones, o de que el funcionamiento de los Servicios no requiera la supervisión personal del CLIENTE.

9.4 Bajo ninguna circunstancia la PROVEEDORA será responsable ante la CLIENTE o cualquier tercero por daños directos, indirectos, incidentales, especiales, punitivos o consecuenciales, o por lucro cesante, daños consecuenciales, pérdida de oportunidad, ingresos, datos o uso de datos, incurridos por el cliente o cualquier tercero, ya sea por contrato, agravio o de otro modo, que surjan de o estén relacionados con la prestación de los Servicios, incluso si la PROVEEDORA ha sido informada de la posibilidad de tales daños.

9.5 Bajo ninguna circunstancia la responsabilidad de la PROVEEDORA frente a la CLIENTE, ya sea contractual o extracontractual, incluyendo acción u omisión, intención o culpa, negligencia, imprudencia o incompetencia, o de otro modo, excederá el monto pagado por la CLIENTE por los

Servicios bajo estos Términos y Condiciones, considerando los últimos 6 (seis) meses de validez contractual, a menos que el límite especificado en los Términos de Adhesión o Propuesta Comercial sea menor.

10 USO ACEPTABLE

El CLIENTE es responsable de las consecuencias directas e indirectas del uso de los Servicios, incluidas, pero no limitadas a, las responsabilidades contenidas en estos Términos y Condiciones, especialmente en virtud de esta Cláusula..

10.1 La CLIENTE no podrá utilizar los Servicios para participar en actividades que sean ilegales según la ley aplicable, que sean perjudiciales para terceros o que hagan responsable a la PROVEEDORA, incluyendo, sin limitación, en relación con cualquiera de los siguientes elementos prohibidos:

a) Distribuir *malware* o cualquier otro código malicioso;
b) Revelar información personal sensible sobre terceros;
c) Recopilar o intentar recopilar información personal sobre terceros sin su conocimiento o consentimiento;
d) Distribuir pornografía o contenido para adultos;
e) Promover o facilitar la prostitución o cualquier servicio de acompañantes;
f) Alojar, distribuir o enlazar a pornografía infantil o contenido perjudicial para menores;
g) Promover o facilitar juegos de azar, violencia, actividades terroristas o la venta de armas o municiones;
h) Participar en la distribución ilegal de sustancias controladas o medicamentos recetados;
i) Facilitar esquemas Ponzi, esquemas piramidales u otros modelos diseñados para solicitar pagos a funcionarios públicos;
j) Amenazar con causar daño a personas o propiedades o participar en otros comportamientos de acoso;
k) Violar la propiedad intelectual u otros derechos de propiedad de terceros;
l) Para facilitar, asistir o fomentar cualquiera de las actividades mencionadas anteriormente a través de los Servicios;
m) Vender, poseer u ofrecer a la venta productos falsificados o productos cuya venta esté prohibida o restringida.

10.2 Las infracciones de la política de uso aceptable por parte de la CLIENTE están sujetas a responsabilidad administrativa, penal y civil, así como a la rescisión inmediata del Contrato.

10.3 Nada de lo contenido en estos Términos y Condiciones se interpretará como una limitación de las acciones o recursos del PROVEEDOR en modo alguno con respecto a cualquiera de las actividades prohibidas, y además, el PROVEEDOR se reserva en todo momento todos los derechos y recursos legales disponibles contra dichas actividades.

11 DISPOSICIONES FINALES

Estos Términos y Condiciones, junto con todos los Anexos, Términos de Adhesión y Propuestas Comerciales a los que se hace referencia en estos Términos y Condiciones, incorporados íntegramente por referencia, constituyen el único y completo acuerdo entre las PARTES; estos Términos y Condiciones reemplazan cualquier acuerdo, documento o declaración anterior relacionada con su objeto; sin embargo, cualquier Acuerdo de Confidencialidad previamente celebrado entre las partes permanecerá en pleno vigor y efecto.

11.1 Los derechos a los que están sujetos estos clientes son individuales e intransferibles, y la CLIENTE tiene absolutamente prohibido subcontratar o conceder acceso a terceros a cualquier elemento de

los Servicios, excepto a las Unidades de CLIENTE expresa y efectivamente incluida en el precio.

11.2 El contrato firmado se extiende a todas las empresas asociadas o que formen parte del grupo empresarial de la CLIENTE, a los sucesores y cesionarios de las PARTES en cualquier capacidad, y no se limita a la entidad jurídica a la que está vinculada la CLIENTE.

11.3 Este instrumento vincula a las PARTES, sus socios, asociados, empleados, contratistas y subordinados de cualquier tipo, siendo la parte y sus socios responsables solidariamente por cualquier incumplimiento de las obligaciones aquí establecidas por cualquiera de estos actores.

11.4 La validez y el cumplimiento de este instrumento privado no se originará cualquier obligación laboral, de seguridad social o tributaria entre las partes, o entre una parte y los empleados, gerentes, agentes y colaboradores de la otra parte, por cualquier motivo o circunstancia.

11.5 Las partes, de común acuerdo, determinan que este instrumento privado constituye un instrumento ejecutable extrajudicialmente para todos los efectos legales, independientemente de la firma de los testigos en los Términos de Adhesión.

11.6 Las PARTES reconocen que el CLIENTE utilizará los Servicios cubiertos por estos Términos y Condiciones, su Propuesta Comercial y sus Términos de Adhesión para el ejercicio de actividades comerciales productivas, y el CLIENTE no se considera un usuario final ni un consumidor, por lo que las disposiciones legales relativas a las relaciones con los consumidores no se aplican entre las PARTES bajo ninguna circunstancia, y este no es un Contrato para usuarios finales; el PROVEEDOR no presta Servicios a usuarios finales y, si en algún momento el CLIENTE se considera usuario final o consumidor, el CLIENTE deberá notificar inmediatamente al PROVEEDOR y cesar todas las tareas y operaciones, aplicándose penalizaciones en caso de rescisión injustificada de los servicios.

11.7 El hecho de que cualquiera de las PARTES no ejerza los derechos que le confieren estos Términos y Condiciones o la ley, así como su tolerancia ante cualquier incumplimiento cometido por la otra PARTE, en cualquier aspecto, no implicará una renuncia a ningún derecho, ni una novación o modificación de estos Términos y Condiciones.

11.8 Por la presente se establece que el tribunal competente para conocer de cualquier acción derivada de los derechos y obligaciones relativos a la relación contractual entre las PARTES será el Tribunal de la sede de la PROVEEDORA, según se especifica en el Anexo I, siendo este el tribunal apropiado y elegido con preferencia sobre cualquier otro, por muy privilegiado que sea, que englobe expresamente la transacción jurídica definida en los Términos de Adhesión.

11.9 Presentar una demanda en un tribunal cualquiera, entendido como aquel que no tiene ninguna conexión con el domicilio o la residencia de la CLIENTE, constituye una práctica abusiva que justifica la declinación de jurisdicción del tribunal y generará responsabilidad para la CLIENTE.

Así pues, habiendo acordado y formalizado el contrato, las Partes declaran que han leído, comprendido y aceptado todos los términos del contrato, y por lo tanto se adhieren al mismo mediante la firma del Término de Adhesión o la Propuesta Comercial en formato físico o electrónico.

Ciudad del Este, fechado electrónicamente.

EZEQUIEL CRIMINACIO

Assinado de forma digital por EZEQUIEL CRIMINACIO
Dados: 2026.10.02 10:46:34 -03'00'

3XS LOGISTICS

GENERAL TERMS AND CONDITIONS FOR CROSSBORDER LOGISTICS SERVICES

This document is officially drafted in a trilingual version, with the English, Portuguese and Spanish texts presented sequentially being identical but, in the event of any discrepancy, the version in the language of the Terms of Agreement shall prevail.

*This document, the General Terms and Conditions for Crossborder Logistics Services, is a contract entered into between the **CLIENT**, qualified in the Terms of Agreement signed at the time of contracting, and 3XS LOGISTICS E.A.S., a legal entity constituted under the laws of the Republic of Paraguay, RUC nº 801.692-40, with headquarters and jurisdiction at Ruta PY-02, Complejo Empresarial Global, Ciudad del Este, Alto Paraná, Paraguay, CP nº 100.182, herein represented in accordance with its articles of incorporation, hereinafter referred to as **PROVIDER,** collectively referred to as **PARTIES**, having agreed between themselves on the following terms and conditions:*

12 OBJECT

The purpose of these General Terms and Conditions for Paraguay-Brazil Crossborder Logistics Services ("Terms and Conditions") is to regulate the commercial relationship between the CLIENT and the PROVIDER in all cases where the CLIENT procures the PROVIDER's services ("Services"), under the terms and conditions set forth herein.

12.1 The Services encompass the specific object outlined in the Terms of Agreement to this Contract or in Commercial Proposals approved between the PARTIES.

12.2 CLIENT declares that the Services provided by its adherence to this Contract have been demonstrated and the technical and functional questions resolved, with the CLIENT having full knowledge of its characteristics and scope, including its limitations, and that, after evaluation, it has judged, according to its own criteria, that the existing functionalities, characteristics and deliverables in the Services provided are in accordance with its administrative, commercial and production management policy, as per the macro scope of activation contained in the preparatory documentation, thus meeting its management needs.

12.3 CLIENT acknowledges that, unless it has voluntarily waived it, an analysis of the Services' suitability to its needs was carried out, and that the CLIENT made the decision to contract the Services with the PROVIDER based on its own free will and the result of the suitability analysis.

12.4 All Services have their features approved by the legal representative of CLIENT, which hereby declares its full suitability to the CLIENT's needs as is.

12.5 The PROVIDER undertakes to apply its recognized expertise in providing the contracted Services, which are obligations of means, the completion of which is independent of the result obtained by the CLIENT.

12.6 PROVIDER is permitted to subcontract any parts or aspects of execution that are the subject of this private instrument, pursuing the following:

a) In any case of subcontracting, regardless of its extent, it is forbidden to grant Third Parties access to protected data or information owned by the CLIENT or its Clients;

b) Any subcontracting, under the terms of this Clause, will not generate any obligations for the CLIENT in favor of the subcontractor, and the PROVIDER shall be fully and personally responsible for all aspects of its relationship with the subcontractor.

12.7 The relationship between the CLIENT and the PROVIDER is established in Terms of Agreement to these Terms and Conditions, with both PARTIES fully acknowledging that both documents are an integral part of each other.

12.8 The contract between the CLIENT and the PROVIDER allows for the extension of the contractual relationship to other 3XS units, simply by signing specific Terms of Agreement or Commercial Proposal.

13 PRICE

For the provision of the Services, the CLIENT will pay the PROVIDER remuneration under the terms specified in the Terms of Agreement or the Commercial Proposal.

13.1 The PARTIES, especially the CLIENT, irrevocably and unconditionally acknowledge that preserving the economic and financial balance of this Contract is an essential condition for its validity and proper execution, an objective that will be achieved through the Readjustment, Revision, and Repactuation measures stipulated in this Clause.

13.2 The PARTIES expressly acknowledge that:

a) Maintaining the values, amounts, and margins related to the contractual relationship agreed upon throughout the entire term of this instrument and any subsequent instruments is an essential condition of the business, and therefore necessary for its economic and financial equilibrium;
b) This instrument and related documents, including but not limited to the Terms of Agreement and the Commercial Proposal, represent a legally binding act of will between the PARTIES, and cannot be affected by subsequent legislation;
c) To ensure a fair balance between the rights and obligations hereby agreed upon, the PARTIES expressly and irrevocably waive the application of any discount, deflation, or freeze.

13.3 For the purposes described in this Clause, the following definitions apply:
a) Readjustment: application, to the Contract value, of official indices, sectorial or otherwise, that reflect the inflation of the period, in order to maintain the purchasing power of the currency;
b) Review: maintaining the economic and financial balance of the Contract without being subject to minimum terms or inflation indices, due to the need to overcome economic risk arising from an act of God, fortuitous event or force majeure;
c) Renegotiation: renegotiation of specific aspects of the economic and financial balance of the Contract, such as the direct application of labor charges for the category and the alteration of the cost equation for services.

13.4 For adequate contractual remuneration, and considering the Brazilian destination of the crossborder operations, the amounts due for the provision of Services, under the terms indicated in this Clause and specified in the Terms of Agreement or Commercial Proposal, will be automatically adjusted in the shortest period allowed by Law, applying the positive variation of the IGPM/FGV (General Market Price Index of the Getúlio Vargas Foundation).

13.5 If, on the date the Readjustment is applied, the index has not been published by the competent body, the payment of the installment will be due according to the value of the previous installment, and any differences between the value of the last installment and that which would be due with the

application of the Readjustment for the month must be paid in addition to the value of the installment for the following billing period, or the residual billing.

13.6 If the monthly and individual adjustment of installments is not permitted by law at the time of their due date, the amounts will be adjusted in the shortest period allowed by law, applying the same indices, and whenever there are adjustments, the outstanding balance and installments will be automatically adjusted by the positive variation coefficient of the chosen index or its substitute, from the base month for calculating the adjustment, or from the last adjustment applied.

13.7 Considering the Brazilian destination of the crossborder services, if the Readjustment index chosen in this Contract ceases to be calculated or becomes extinct, making it impossible to know its variation, the index that comes after it will be immediately used, or another index from a reputable institution that reflects the monetary variation of the period, without prejudice to the PARTIES, with preference given to the following indices, in the order in which they are indicated:

a) INPC/IBGE (National Consumer Price Index of the Brazilian Institute of Geography and Statistics);
b) IPC/FIPE (Consumer Price Index of the Economic Research Institute Foundation);
c) IGP/FGV (General Price Index of the Getúlio Vargas Foundation).

13.8 If the chosen index is negative at the time of Readjustment, the PARTIES agree that the Readjustment will correspond to the average of the positive variation of the alternative indices listed in the items of the previous paragraph.

13.9 The Revision of the values related to this Contract will be carried out automatically in the following cases:

a) Changes or reforms of a tax nature that modify the taxable event, the tax base, or the tax rates applicable to the PROVIDER's activities in both the first and second phases;
b) Changes to tax benefits, including but not limited to tax exemptions, tax credits, presumed credits, and deferred payments that directly or indirectly increase the tax burden on the PROVIDER's activities;
c) Creation, establishment, increase or commencement of collection of taxes on the activities of the PROVIDER;
d) Establishment of tax procedures, administrative limitations, or ancillary obligations that imply a substantial increase in the PROVIDER's operational costs.

13.10 In the case of automatic contract revision, under any of the circumstances described in the previous section, the PROVIDER will prepare a tax report and a detailed statement of the impacts of economic risk or force majeure and send it to the CLIENT, with the revision thus demonstrated being automatically applied from the following invoice date.

13.11 The PARTIES hereby acknowledge that the consequences and impacts of Constitutional Amendment No. 132/2023, Complementary Law No. 214/2025, and any other normative instruments related to the ongoing tax reform, as well as the consequences and impacts of changes to Law No. 12,546/2011 by Law No. 14,784/2023 or by rules that reproduce the effects of Provisional Measure No. 1,202/2024, in any way removing or altering the regime of Social Security Contribution on Gross Revenue, are expressly and fully considered to be included in the hypotheses of automatic review in accordance with the topics above.

13.12 In cases where economic risk is due to *fait du prince*, acts of God, or *force majeure* not covered by the automatic provisions of the preceding sections, the Review will begin with the PROVIDER submitting a statement of economic and financial equilibrium to the CLIENT, in order to initiate discussions for the execution of a contractual review agreement.

13.13 In the event of substantial changes to the cost structure of the PROVIDER's services, including but not limited to the establishment of new ancillary obligations, salary adjustments for the category, or sectorial charges in collective labour agreements or conventions, the PROVIDER may propose a contractual renegotiation to the CLIENT, upon presentation of a detailed statement of the impacts experienced.

13.14 In both cases of Renegotiation and non-automatic Revision, the CLIENT's eventual refusal to enter into a Renegotiation or Revision agreement after the PROVIDER has duly demonstrated, with documentation, the financial impacts, will characterize excessive burden of the Contract, regardless of any legal action, in which case the PROVIDER may consider the Contract terminated by express clause, without prejudice to the full satisfaction of the CLIENT's obligations relating to services already rendered and products already delivered up to the date of contract termination.

13.15 All financial charges established between the PARTIES will be applicable *pro rata die*.

13.16 The PROVIDER is guaranteed the right, at any time, to collect from the CLIENT any and all outstanding financial charges, including but not limited to installments, fines, interest, fees, and monetary adjustments that, for any reason, have not been paid on the due date, as well as the right to apply adjustments, revisions, and renegotiations even after their original time frame, it being established that the payment and settlement of any installments does not imply a presumption that previous installments have been settled, even if nothing is stated in the settlement agreement, with the PARTIES waiving any presumption of payment.

13.17 The bankruptcy, insolvency, or request for extrajudicial or judicial reorganization of the CLIENT or its controllers will be cause for termination of this Contract, automatically resolving it, with the early maturity of all the CLIENT's financial obligations to the PROVIDER, granting them the privilege of prompt fulfillment by the CLIENT before the creditors' meeting, with the immediate return of all Equipment and prohibiting the application of any discount.

13.18 Payment of any amount will only be considered proven by means of a written release, which the CLIENT is required to present if proof is needed.

13.19 The issuance of invoices as indicated in the Terms of Service or Commercial Proposal, under these Terms and Conditions, will not depend on any circumstances other than the provision of access credentials to the Services or the signing of a Service delivery agreement, since such availability is characterized by the access of the CLIENT's users to the deliverables of the Services, and the CLIENT's agreement with the completion of the implementation or delivery operations is not a condition for invoicing.

13.20 In the event of default, in addition to the application of the Readjustment, Revision or Renegotiation, the following default charges will be due:

a) A fine of 10% (ten percent) of the total amount in arrears;
b) Default interest of 1% (one percent) per month;
c) Monetary correction using the same adjustment index in effect under the terms of this clause;
d) Attorney's fees of 20% (twenty percent) on the total amount of the debt, in the case of administrative or judicial collection.

13.21 Default charges will be automatically applied solely for non-payment of any installment on its due date, regardless of notification or judicial or extrajudicial demand, without harm to the other provisions of this instrument, and the receipt of overdue installments by the PROVIDER, through an agent, bank or attorney, will not constitute novation or waiver of the stipulations and guarantees

provided.

13.22 If the CLIENT has not received, by the due date of the installment, the documents or information necessary for its payment, it must take steps at its own expense to obtain such documents or information from the PROVIDER, under penalty of being subject to default charges.

13.23 In the event of default exceeding 30 (thirty) days, the CLIENT may consider the Contract terminated by operation of law, without prejudice to payment for Services already rendered up to the date of termination.

13.24 The CLIENT shall be solely and exclusively responsible for all expenses related to providing comprehensive service to its end customer, including operational expenses, whether fixed or variable, tax and social security expenses, labor expenses, transportation, insurance, or any other expenses of any nature. The PROVIDER shall not be responsible for any amounts related to the CLIENT's operations, regardless of whether they are successful or unsuccessful.

14 TERM

This private instrument shall be valid from the date of signature of the Membership Agreement or acceptance of the Commercial Proposal, for an indefinite period, and shall not expire due to the passage of time.

14.1 In view of the nature and resources involved with the extraordinary services occurring during the implementation phase of the Services, this Contract will have the minimum duration eventually indicated in the Terms of Agreement or in the Commercial Proposal, a term that will bind both the CLIENT and the PROVIDER and their successors in title.

14.2 Should the CLIENT decide to terminate the Contract or, in any way, interrupt the contractual relationship before the minimum duration indicated in the previous item has elapsed, the CLIENT shall pay the PROVIDER a penalty of 25% (twenty-five percent) of the monthly payments corresponding to the remaining and unexpired duration of the Contract.

14.3 Even in the case of termination of the contract without cause, if the PROVIDER has granted initial bonuses to the CLIENT as indicated in the Terms of Agreement or the Commercial Proposal, including but not limited to bonuses for implementation costs, parameterization, training, setup or installment payments for initial expenses, the aforementioned loyalty period applies as the minimum contract term, and if the CLIENT wishes to terminate the Contract before this period, they must pay the PROVIDER the full amount of the bonus corresponding to the difference between the actual initial cost and the setup effectively charged after the bonus.

14.4 After the minimum duration indicated in the Terms of Agreement or Commercial Proposal has elapsed, either party may request termination of the contract without cause at any time, provided that it expressly notifies the other party 30 (thirty) days in advance, without incurring penalties, and the contract shall be presumed to be extended for equal and successive periods.

14.5 Contract termination, under any of its modalities, does not exempt the CLIENT from the responsibility for payment for services already rendered, whether already invoiced or pending invoicing.

14.6 The PARTIES hereby acknowledge that the Services are contracted under the modality as is and, therefore, any claim by the CLIENT that the Services do not meet their particular needs or do not comply with their business rules does not exempt the CLIENT from the obligations relating to the contractual duration, as stipulated in the Object Clause.

15 RENTAL

If the relationship established between the PARTIES, under the terms of the Commercial Proposal or the Terms of Agreement, includes the rental of storage spaces, the provisions of this Clause shall apply, without harm to the other applicable provisions set forth in this instrument.

15.1 The CLIENT shall be responsible for the costs and expenses related to the logistics of transporting its products to the rented spaces, including shipping and return freight between the CLIENT and the PROVIDER.

15.2 The risk conditions of the goods kept in the leased space are the sole responsibility of the CLIENT, even in situations of unforeseen circumstances or force majeure, and the latter must ensure that security and swap contracts necessary for preserving its value in the event of a loss and that, if necessary, they are covered by an appropriate insurance policy, under penalty of being held objectively liable for the damages ascertained.

15.3 The CLIENT solemnly agrees to refrain from renting, subletting, selling, consigning, assigning, presenting, lending, or transferring the spaces in any way to third parties, whether natural or legal persons, without the express written authorization of the PROVIDER.

15.4 The monthly rental amounts will be considered the price for all purposes of this contract, and the provisions of the "Price" clause will apply in full.

15.5 The PROVIDER is entitled, upon prior notice, to inspect the products and materials kept in the leased spaces, either personally or through its representatives, whenever it deems it appropriate, in order to verify compliance with the obligations assumed between the PARTIES.

15.6 The relationship between the PARTIES, even with the rental of storage space, does not constitute a real estate lease or tenancy for any legal purposes, always maintaining the nature of a service provision.

16 SECRECY AND DISCRETION

The PARTIES agree to maintain full confidentiality of all information covered by this Contract, and will not use such confidential and proprietary information for their own benefit or that of others, during the relationship with the PROVIDER, as well as for a period of 5 (five) years after the termination of the relationship.

16.1 The PARTIES mutually acknowledge that, for the proper and loyal performance of their activities covered by this Contract, it is necessary to provide confidential and sensitive personal information, the disclosure of which to Third Parties or unauthorized use constitutes a very serious offense, in addition to the applicable administrative, civil and criminal penalties, as such that PARTIES guarantee that confidential or strategic data will not be sold or exchanged with Third Parties, and that their personal information will be treated with the legally required level of protection to ensure its security and prevent unauthorized alteration, loss, processing or access.

16.2 Confidential and proprietary information may only be disclosed to Third Parties with the prior written consent of the original holder, or in the event of a court order or express authorization from the original holder regarding the information generated and held by it, in which case the other PARTY must immediately inform the original holder in writing so that the latter may seek to prevent and avoid the obligation to disclose the information.

16.3 The PARTIES shall diligently take all necessary measures to protect and prevent the disclosure of any information, as well as to prevent such confidential and secret information from falling into the public domain.

16.4 The PARTIES hereby acknowledge and accept that, in the event of a breach of any of the confidentiality clauses of this instrument, they will be subject to all sanctions and penalties established under Brazilian law, in the administrative, civil and criminal fields, especially regarding the payment of compensation for losses and damages caused as a result of such breach.

16.5 The CLIENT fully and irrevocably acknowledges, upon signing the Terms of Agreement to this Instrument, that the use of data by the PROVIDER without individual identification, within the scope of activities of big data or similar technologies, does not constitute a violation of the confidentiality established by this Clause, and the use and application of data of this nature is hereby authorized.

16.6 This agreement adopts as its premise the discretion and secrecy of the PARTIES regarding any facts or circumstances occurring before, during, or after the contractual relationship, such that the PARTIES are expressly prohibited from disclosing, except when legally authorized:

a) Expressing opinions of disapproval, dissatisfaction, complaints, or any other negative expression, of any nature whatsoever and through any medium, in relation to the other PARTY, including but not limited to expressions in the press or on social media;
b) To grant interviews, make statements, issue public statements, or any other type of open or restricted communication regarding your period of relationship with the other PARTY;
c) Promoting negative opinions or opinions that are detrimental to the reputation of the other PARTY, even through intermediaries;
d) Giving testimony that damages the reputation or position of the other PARTY, by any means or channels, even while seeking anonymity;
e) Communicating with past, present, and future employees, suppliers, or clients of the other PARTY in order to convey any negative or ambiguous position to them;
f) Exchanging messages with any Third Parties that contain any negative comments about the other PARTY;
g) To express oneself publicly, or privately in a way that could potentially become public, with content that could be considered or interpreted as negative in relation to the stance, reputation, or any other aspect of the other PARTY's actions, even if through means or methods not foreseen in the other items of this Clause.

16.7 The disclosure by the PROVIDER of the CLIENT's status as its Client, as well as the disclosure by the CLIENT of the PROVIDER as its supplier, with their names and brands, does not constitute a breach of the duty of discretion, a circumstance hereby authorized by the PARTIES.

16.8 The infringement, by the PARTIES, of the provisions of this Clause, will result against them, in favor of the innocent PARTY, for each aspect, each occurrence and each infringement, a penalty of 30% (thirty percent) of the total value of this Contract considered its minimum duration indicated in the Clause “Term”, regardless of the duty to immediately cease the activities that infringe this Contract, such penalty serving as the beginning of compensation.

17 PRIVACY POLICY

In operations involving the collection, storage, safekeeping, and processing of records, personal data, sensitive personal data, or communications, the CLIENT guarantees to the PROVIDER that they and their agents respect legislation and the rights to privacy, the protection of personal data, and the confidentiality of private communications and records.

17.1 For the provision of services to the CLIENT, the PROVIDER collects the following information:

a) Personal information provided by the CLIENT about its users and Third Parties, such as first and last name, document number or valid identification, password, nationality, tax

identification information and physical and virtual contact information (such as telephone number, domicile or address, e-mail), whose confidential verification with Third Parties the CLIENT hereby authorizes by adhering to this Contract;

b) Information about the CLIENT, provided by Third Parties, such as business partners, affiliated entities, social networks and public and private databases, which may be combined with personal information for the provision of services by the PROVIDER;

c) Information collected by our systems, which includes the automatic collection and storage of information about user activity on the website.*internet,* the URL from which it comes (whether or not they are in the PROVIDER's website), the URL that it frequently accesses, the browser it uses and its IP address, as well as the websites visited and the searches performed, the use of cookies and of web beacons.

17.2 At any time, the CLIENT's user may choose not to receive files from cookies enabling your browser to refuse them or inform you before accepting them; the CLIENT declares that it is aware, however, that if the user refuses to accept the cookies or other information gathering devices, you may not have access to the services offered by the PROVIDER.

17.3 In providing services to the CLIENT, the PROVIDER may use its data for the following activities:

a) Manage the intermediation of operations to and from the CLIENT, execute the transactions initiated, and process documents;

b) To offer the CLIENT products and services and answer their questions and comments;

c) Send the CLIENT confirmations and updates regarding its operations, as well as any other relevant information, via any channels. that the CLIENT has informed;

d) Contacting a representative of the CLIENT for the purpose of providing services, conducting opinion polls, statistics or analyses on consumption habits or preferences, and notifying them by e-mail regarding special offers and products and services that may be of interest to you, unless you opt out;

e) To develop internal studies on the interests, behaviors, and demographics of users, in order to better understand their needs and interests, improve our commercial and promotional initiatives, personalize their content, presentation, and services, and display information and banners that are interesting to users;

f) Sharing your personal information with companies belonging to 3XS, with the recipient of such data assuming the same obligations as the entity transferring that personal data;

g) Transferring the Data Subjects' personal data to other Operators that have solutions used by the CLIENT and integrated with solutions provided by the PROVIDER;

h) Publish in our website the opinions, comments, testimonials, and suggestions made by users of the CLIENT may be published on social media pages or other communication channels of the PROVIDER, and may be identified by their full or last name, photo, comment, and nationality.

17.4 By submitting your opinions, comments, testimonials and suggestions, or providing real photos by submitting their opinion to the PROVIDER, the user of the CLIENT irrevocably assigns to the PROVIDER all property rights over such photographs and opinions; the user of the CLIENT may submit their opinion anonymously or delete it by communicating with the PROVIDER in the manner defined in this Agreement.

17.5 Although the CLIENT may exceptionally request, under the terms of this Contract, the cancellation of services and the deletion of their information, the PROVIDER may retain some or all of the information provided in certain cases, in order to resolve disputes or claims, detect and resolve problems or incidents, and comply with applicable legal and contractual provisions; therefore,

although the PROVIDER undertakes to employ its best efforts, it may happen that not all information entered into the system is permanently deleted.

17.6 The CLIENT, in its capacity as Controller of the processing of Personal Data of the individuals to whom the data refers, hereinafter referred to as Data Subjects, undertakes to obtain, in accordance with law, specific consent for the processing and other specific authorizations to share or communicate the data with Third Parties, Controllers or Operators, the PROVIDER not being liable for such action.

17.7 The Parties declare that the processing of Personal Data under these Terms and Conditions will occur strictly to ensure the proper execution of the services and in accordance with applicable legislation.

17.8 It will be the responsibility of the CLIENT to designate the valid and adequate legal basis for the processing of Personal Data carried out within the scope of the Contract.

17.9 The CLIENT agrees to:

a) To capture, either directly or through its users, the consent of the Data Subject, as Controller;
b) To have an operational structure to receive and adequately address requests or communications from personal data subjects, in which compliance with any of the rights provided for in the relevant legislation is required.

17.10 The CLIENT and its agents must collaborate to ensure that the Holder's personal information is treated with the legally required level of protection to guarantee its security and prevent unauthorized alteration, loss, processing, or access.

17.11 The CLIENT guarantees and is responsible, in any case, for the veracity, accuracy, validity, and authenticity of the personal information and data subjects collected and provided, undertaking to keep it duly updated.

17.12 The CLIENT and its agents must take all necessary steps to prevent the disclosure of any information, as well as to prevent such confidential information from falling into the public domain, and are absolutely prohibited from disclosing their password or any of their access data to Third Parties.

17.13 Any processing of personal data of children and adolescents must be carried out in their best interest, in accordance with the Terms of Responsibility and relevant legislation. It is the CLIENT's obligation, either directly or through its Users, to obtain specific and prominent consent for the processing of children's personal data from the father, mother, or legal guardian.

17.14 The PROVIDER undertakes, within the scope of the Services, to carry out any and all processing of personal data exclusively in accordance with the guidelines provided to it by the Controller and the Operators who are its Users, for the purpose of fulfilling the contractual obligations agreed upon herein.

17.15 The PARTIES hereby acknowledge that they are fully aware of all the rights of the Data Subject:

a) Confirmation of the existence of treatment;
b) Access to data;
c) Correction of incomplete, inaccurate, or outdated data;
d) Anonymization, blocking, or deletion of unnecessary, excessive, or unlawfully processed data;
e) Data portability to another service or product provider, upon express request, in accordance with the regulations of the national authority, respecting commercial and industrial secrets;
f) Deletion of personal data processed with the consent of the data subject, except in cases

provided for by law;

g) Information from public and private entities with which the controller has shared data;
h) Information about the possibility of not providing consent and the consequences of refusal;
i) Revocation of consent may occur at any time, by means of an express declaration, with the treatments carried out under the previously expressed consent being ratified until a request for elimination is made, in accordance with this Clause.

18 NON-COMPETITION AND INTELLECTUAL PROPERTY

In view of the nature of access to sensitive commercial, industrial and intellectual information that characterizes the relationship between the CLIENT and the PROVIDER, the PARTIES acknowledge that the non-compete clause of the CLIENT against the PROVIDER is of its essence from the signing of this instrument, including but not limited to the provisions of this Clause.

18.1 The CLIENT agrees not to open a company that competes with the PROVIDER's economic activity, including any of its legal representatives, for the entire period of its relationship with the PROVIDER and for a period of 5 (five) years after its termination. This prohibition includes any activities of the CLIENT, its related natural and legal persons, or its associates, that even indirectly fill any market niche to which the PROVIDER is dedicated, or that directly or indirectly harass, approach, serve, sell, contract, or in any way divert, for their own or others' benefit, clientele from the PROVIDER's portfolio, or constitute the development or supply of products similar to or competing with the PROVIDER's Services.

18.2 Should the negotiations between the parties not result in a contractual relationship or other expected outcome, or should such negotiations, even if not unsuccessful, be terminated, the impediment preventing the CLIENT from competing with the PROVIDER in its field of activity will remain fully in effect, under the terms of this Clause, given that the sensitive information regarding strategy and solution development to which the CLIENT has, has had, and will have access constitutes unfair competition, punishable under the terms of this instrument.

18.3 The CLIENT acknowledges that all commercial, intellectual, and industrial property involved in its relationship with the PROVIDER is the sole property of the PROVIDER, including knowledge relating to commercial operations, market access, among others, and the CLIENT is expressly prohibited, from the signing of this instrument, from using the PROVIDER without its express written authorization:

a) To manufacture, develop, market, offer, or donate a product or service based on the PROVIDER's products;
b) To use any means or process based on the process owned by the PROVIDER or indicated in this instrument, without due authorization;
c) To supply third parties with components of the PROVIDER's products and services;
d) To reproduce, in whole or in part, the visual identity of the PROVIDER's products and services, or to imitate it in a way that may cause confusion;
e) To publish, by any means, a false statement to the detriment of the PROVIDER;
f) To provide or disclose false information about the PROVIDER in order to obtain an advantage;
g) To employ any means to divert, for one's own benefit or that of another, clients of the PROVIDER or those indicated in this instrument, in an act of competition against the PROVIDER;
h) Using any advertising expression or symbol of the PROVIDER or indicated in this instrument, in order to create confusion between products or establishments;
i) To improperly use the trade name, business name, or insignia of the PROVIDER or indicated

in this instrument, or to sell, display, offer for sale, or possess in stock any product or service with such references;

j) To give or promise money or other benefit to an employee of the PROVIDER, so that the employee, failing in their duty at work, provides an advantage to the PROVIDER;

k) Receiving money or other benefit, or accepting a promise of payment or reward, in order to, failing in one's duty as a partner, provide an advantage to a competitor of the PROVIDER;

l) Disclosing, exploiting, or using, without authorization, confidential knowledge, information, or data usable in industry, commerce, or the provision of services, excluding those that are public knowledge or evident to a technician in the field, to which access was gained through the relationship with the PROVIDER, even after the termination of the Contract, except with the authorization of the PROVIDER;

m) To disclose, exploit, or use, without authorization, any knowledge or information covered by this Agreement, obtained through illicit means or accessed through fraud;

n) Disseminating, through its own means or those of third parties, any service that directly or indirectly represents competition with the services of the PROVIDER, throughout the non-competition period, as prohibited by the items of this Clause;

o) To replace the name or corporate name of the CLIENT or of Third Parties in a product of the PROVIDER, without its consent;

p) To sell, display, or offer for sale, in a container, presentation, or wrapping, whether physical or not, belonging to the PROVIDER, an adulterated or counterfeit product, or to use it to trade in a product of the same kind, even if not adulterated or counterfeit;

q) To engage in any acts that, even if not described in this instrument, constitute competition or unfair competition with the activities undertaken by the PROVIDER.

18.4 Upon termination of this private agreement for any reason, the CLIENT is expressly prohibited from using, under any justification, the industrial, commercial, and intellectual property rights related hereto, even if not expressly permitted.

18.5 Any collaboration between the CLIENT or its agents and the PROVIDER for the purposes of improving, developing, or modifying the Services does not constitute, under any circumstances, industrial, commercial, or intellectual property of the CLIENT over the Services developed, and no remuneration is due to the CLIENT for such activities, with the resulting industrial, commercial, or intellectual property remaining entirely under the control of the PROVIDER, even if, through non-binding liberality, the PROVIDER has eventually granted the CLIENT any advantages.

18.6 Unless expressly authorized otherwise by the CLIENT, the PROVIDER hereby expressly undertakes, directly or indirectly, even through intermediaries, including but not limited to spouses, partners and relatives by consanguinity or affinity, related companies, contracts, agreements or any other form, from the beginning of the relationship between the PARTIES and for a period of 2 (two) years from its eventual termination, to:

a) Not to solicit business from or suppliers of the PROVIDER, nor in any way interfere in the relationship maintained between the PROVIDER, as the case may be, and its respective partners and suppliers, current or future;

b) Do not solicit, hire, or make any effort to solicit or hire any administrator, director, manager, or employee of the PROVIDER, while the individual in question holds such position and for a period of 2 (two) years from their departure from the PROVIDER for any reason.

18.7 The infringement, by the CLIENT, of the provisions of this contract, will result in a penalty against it, in favor of the PROVIDER, for each aspect, each occurrence and each infringement, of 30% (thirty percent) of the total value of the contract considering its minimum duration indicated in the Clause "Term", regardless of the duty to immediately cease the activities that infringe the contract, such

penalty serving as the beginning of compensation that must be supplemented by the consequential damages and lost profits suffered by the PROVIDER.

19 CLIENT'S COLLABORATION

Regardless of the PROVIDER's role as the provider of the Services that are the subject of this contract, the CLIENT is responsible for collaborating in a committed and consistent manner towards the completion of the contractual object, including but not limited to the obligations described in this Clause.

19.1 The CLIENT shall be exclusively responsible for contracting services and products from Third Parties for integration with the PROVIDER's Services at its location, including but not limited to Third-party transportation and logistics services not included in the Terms of Agreement or Commercial Proposal.

19.2 It is the sole responsibility of the CLIENT to carry out periodical backups from their files and documents related to the Services, regardless of whether they are collected or generated by the PROVIDER.

19.3 It is the CLIENT's responsibility to designate personnel with decision-making power to monitor and approve contract execution documents, including but not limited to project plans, work orders, delivery terms, and meeting minutes, as well as to ensure their participation in meetings with a minimum attendance of 80% (eighty percent), whether these meetings are in person or remote.

19.4 Meetings held with the team designated by the CLIENT will be formalized in a document, either by minutes, meeting notes or email, which will be sent by email to all involved for consideration and adjustments within a period of 5 (five) business days after sending.

19.5 Failure by the CLIENT's representatives to respond within the timeframe stipulated in this Clause will imply tacit approval of all terms of the communication sent, even if the CLIENT has failed to meet the required attendance for scheduled meetings.

19.6 Periodically, the CLIENT must check the tax and fiscal parameters, including but not limited to rates, deferrals, exemptions, etc., reported by its employees to the PROVIDER, thus avoiding issues with the Municipal, State and Federal tax authorities of all countries involved in the operations.

19.7 The CLIENT is administratively, civilly, and criminally liable for all operations registered or carried out through the Services, including but not limited to administrative, accounting, and financial operations, hereby declaring the full regularity of its operations and exempting the PROVIDER from any liability for them.

19.8 The CLIENT undertakes to comply with best practices and policies for the prevention of corruption, money laundering and the financing of terrorism, and of compliance, categorically refraining from engaging in any illegal acts, corruption, or administrative misconduct, for which, should they occur, CLIENT shall be held solely responsible.

20 MODULATION OF RESPONSIBILITY

To the extent not prohibited by law, the PROVIDER disclaims all express or implied representations, warranties, or conditions of any kind, arising from law or otherwise, with respect to the Services, including, without limitation, representations, warranties, and conditions of merchantability, fitness for a particular purpose, title, infringement, and quality of service.

20.1 The PROVIDER makes no representations or warranties regarding the content, effectiveness, usefulness, reliability, availability, timeliness, quality, suitability, accuracy, or completeness of the Services, or the results that the CLIENT may obtain using the Services, or that the Services will be

uninterrupted, error-free, or completely secure.

20.2 Without limiting the generality of the foregoing, the PROVIDER does not represent or warrant that the operation or use of the Services will be timely, secure, uninterrupted or error-free, or that the quality of any product, service, information or other material that the CLIENT acquires or obtains through the Services will meet its requirements.

20.3 In particular, the CLIENT solemnly acknowledges that the PROVIDER has not made or does not make any representations or warranties that the Services will definitively prevent unauthorized access to its spaces, properties or facilities, or that the operation of the Services does not require personal supervision by the CLIENT.

20.4 Under no circumstances shall the PROVIDER be liable to the CLIENT or any third party for any direct, indirect, incidental, special, punitive or consequential damages, or for lost profits, consequential damages, loss of opportunity, revenue, data or use of data, incurred by the client or any third party, whether in contract or tort or otherwise, arising out of or related to the provision of the Services, even if the PROVIDER has been advised of the possibility of such damages.

20.5 Under no circumstances shall the PROVIDER's liability to the CLIENT, whether contractual or extra-contractual, including action or omission, intent or fault, negligence, recklessness or incompetence, or otherwise, exceed the amount paid by the CLIENT for the Services under these Terms and Conditions, considering the last 6 (six) months of contractual validity, unless the limit specified in the Terms of Agreement or Commercial Proposal is lower.

21 ACCEPTABLE USE

The CLIENT is responsible for the direct and indirect consequences of using the Services, including, but not limited to, the responsibilities contained in these Terms and Conditions, especially under this Clause.

21.1 The CLIENT may not use the Services to engage in activities that are illegal under applicable law, that are harmful to third parties, or that make the PROVIDER liable, including, without limitation, in connection with any of the following prohibited items:

a) Distribute malware or other malicious code;
b) Disclosing sensitive personal information about third parties;
c) Collecting or attempting to collect personal information about third parties without their knowledge or consent;
d) Distributing pornography or adult content;
e) To promote or facilitate prostitution or any escort services;
f) Hosting, distributing, or linking to child pornography or content harmful to minors;
g) Promoting or facilitating gambling, violence, terrorist activities, or the sale of weapons or ammunition;
h) Engaging in the illegal distribution of controlled substances or prescription medications;
i) Facilitating Ponzi schemes, pyramid schemes, or other models designed to solicit payments from public officials;
j) Threatening harm to people or property or engaging in other harassing behaviors;
k) Violating the intellectual property or other property rights of third parties;
l) To facilitate, assist, or encourage any of the above activities through the Services;
m) To sell, possess, or offer for sale counterfeit products or products whose sale is prohibited or restricted.

21.2 Violations of the acceptable use policy by the CLIENT are subject to administrative, criminal and civil liability, as well as immediate termination of the Contract.

21.3 Nothing contained in these Terms and Conditions shall be construed to limit the actions or remedies of the PROVIDER in any way with respect to any of the prohibited activities, and furthermore, the PROVIDER reserves at all times all available legal rights and remedies against such activities.

22 FINAL PROVISIONS

These Terms and Conditions, together with all Annexes, Terms of Agreement and Commercial Proposals referred to in these Terms and Conditions, incorporated in full by reference, constitute the sole and entire understanding between the PARTIES; these Terms and Conditions supersede any prior understandings, documents and representations relating to their subject matter, however, any Confidentiality Agreement previously entered into between the parties shall remain in full force and effect.

22.1 The rights to which these clients are subject are individual and non-transferable, and the CLIENT is absolutely prohibited from subcontracting or granting access to Third Parties to any elements of the Services, except for the Units of own CLIENT expressly and effectively included in the price calculation.

22.2 The signed contract extends to all companies associated with or part of the CLIENT's business group, successors and assignees of the PARTIES in any capacity, and is not limited to the legal entity to which the PROVIDER is linked.

22.3 This instrument binds the PARTIES, their partners, associates, employees, contractors, and subordinates of any kind, with the party and its partners being jointly and severally liable for any breach of the duties established herein by any of these actors.

22.4 The validity and fulfillment of this private instrument do not apply.will originateany labor, social security, or tax obligations between the parties, or between one party and the employees, managers, agents, and collaborators of the other party, for any reason or under any circumstances.

22.5 The parties, by mutual agreement, determine that this private instrument constitutes an extrajudicial enforceable instrument for all legal purposes, regardless of the signature by witnesses in the Terms of Agreement.

22.6 The PARTIES hereby acknowledge that the CLIENT will use the Services covered by these Terms and Conditions, its Commercial Proposal and its Terms of Service for the exercise of productive business activities, and the CLIENT is not considered an end user or consumer, so that the legal provisions relating to consumer relations do not apply between the PARTIES under any circumstances, and this is not a Contract for end users; the PROVIDER does not provide Services to end users and, if at any time the CLIENT considers itself an end user or consumer, the CLIENT must immediately notify the PROVIDER and cease all tasks and operations, with penalties applying in case of unjustified termination of the client's services.

22.7 The failure by either PARTY to exercise any rights granted to them by these Terms and Conditions or by law, as well as their tolerance of any breaches committed by the other PARTY, in any respect, shall not imply a waiver of any right, nor a novation or modification of these Terms and Conditions.

22.8 It is hereby established that the competent court to hear any actions arising from rights and obligations concerning the contractual relationship between the PARTIES shall be the Court of the District where the PROVIDER's headquarters are located, as specified in Annex I, this being the appropriate court and chosen in preference over any other, however privileged it may be, expressly encompassing the legal transaction defined in the Terms of Agreement.

22.9 Filing a lawsuit in a random court, understood as one without any connection to the domicile or residence of the PROVIDER, constitutes an abusive practice that justifies the court's declination of

jurisdiction and will generate liability for the CLIENT.

And thus, having agreed and contracted, the Parties declare that they have read, understood and accepted all the terms of the contract, and thus adhere to it by signing the Adhesion Agreement.or the Commercial Proposal physically or in electronic form.

Ciudad del Este, dated electronically.

EZEQUIEL CRIMINACIO

Assinado de forma digital por EZEQUIEL CRIMINACIO
Dados: 2026.10.02 10:48:11 -03'00'

3XS LOGISTICS